

ATA Nº1/2020

ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OURÉM, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE. -----

----- Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, pelas quinze horas e trinta minutos, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Ourém, no edifício dos Paços do Concelho, convocada nos termos da alínea b), do n.º 1, artigo 30º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a seguinte:-----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

----- **01 - Período de ANTES DA ORDEM DO DIA** – (grelha Anexo A)-----

----- **01.01** – Apreciação e votação da ata nº 07/2019 referente à sessão extraordinária de 2019.12.17 -----

----- **01.02** – Leitura resumida do expediente -----

----- **01.03** – Atividade municipal – apreciação de uma informação do senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro -----

----- **01.04** – Intervenções de interesse local ou declarações políticas gerais -----

----- **01.05** – Período de intervenção aberto ao público -----

----- **02 - ORDEM DO DIA** – (grelha Anexo B-1)-----

----- **02.01** – Apreciação e votação da proposta camarária – integração do troço da Estrada Nacional 356, entre o km 30,162 e o km 31,712, na rede viária do município – minuta de acordo de mutação dominial. -----

----- **02.02** – Apreciação e votação da proposta camarária – construção de parque de estacionamento em Aljustrel – Freguesia de Fátima – Ourém – proposta de aquisição de parcela de terreno. -----

----- **02.03** – Apreciação e votação da proposta camarária – implementação do Espaço do Cidadão em Fátima – proposta de protocolo. -----

----- **02.04** – Apreciação e votação da proposta camarária – Festival da Paz 2020 – proposta de protocolo. -----

- **02.05** – Apreciação e votação da proposta camarária – atribuição de apoio financeiro às associações culturais, desportivas e recreativas do concelho – proposta de protocolo-tipo. ---
- **02.06** – Apreciação e votação da proposta camarária – 1.ª revisão orçamental – ano económico de 2020. -----
- **02.07** – Apreciação e votação da proposta camarária – Associação “Shrines of Europe” – proposta de adesão do Município. -----
- **02.08** – Apreciação e votação da proposta camarária – projeto de Regulamento Municipal de Remoção de Veículos Abandonados. -----
- **02.09** – Apreciação e votação da moção da CIMT – Aeródromo de Tancos. -----
- **02.10** – Período de intervenção aberto ao público -----
- Verificou-se a presença dos MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, senhores:-----
- João Manuel Moura Rodrigues – Presidente -----
- Ana Margarida Henriques Neves Vieira – 1.ª Secretária -----
- Valdemar Pinheiro de Oliveira – 2.º Secretário -----
- José Manuel Pereira Alho -----
- António Ribeiro Gameiro -----
- Helena Santos Pereira -----
- Alexandre Manuel Gaspar Faria -----
- Manuel Dias das Neves -----
- Catarina Borges Faria -----
- Nuno Miguel Gonçalves Baptista Pereira -----
- Estela José Nunes Silva -----
- Filipe Remi Callebaut Mendes -----
- Cláudia Maria Pereira Campos -----
- Alberto José Pires Caveiro -----
- Paula Cristina de Oliveira Martins -----
- Avelino da Conceição Subtil -----
- Nuno Miguel Neves dos Prazeres -----
- Paulo Alexandre Cancelinha de Sá -----

----- Vanessa Cristiana Gomes Ferreira -----

----- Na impossibilidade de comparecerem e conforme preceitua o artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro (versão atualizada), fizeram-se substituir os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

----- Martim José Rosado Borges de Freitas, eleito na lista CDS-PP – Partido Popular, foi substituído pelo senhor **Francisco Emanuel Marques Lopes** -----

----- Nuno Manuel Pinto Dias, eleito na lista PPD/PSD – Partido Social Democrata, foi substituída pela senhora **Ana Cristina de Sousa Aquino Gonçalves Gameiro** -----

----- Verificou-se a presença dos PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA, senhores: -

----- Freguesia de Alburitel – Engrácia Maria Vieira Marques Carriço -----

----- Freguesia de Atougua – António Henriques Pereira -----

----- Freguesia de Caxarias – Filipe de Frias Antunes da Graça -----

----- Freguesia de Espite – Dulce Raquel Lourenço Mateus -----

----- Freguesia de Fátima – Humberto António Figueira da Silva -----

----- Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias – Luís Pereira de Oliveira -----

----- Freguesia de Seiça – Custódio de Sousa Henriques -----

----- União das Freguesias de Gondemaria e Olival – Fernando de Oliveira Ferreira -----

----- União das Freguesias de Matas e Cercal – Virgílio Antunes Dias -----

----- União das Freguesias Rio de Couros e Casal dos Bernardos – Jorge Manuel Dias Lopes -----

----- Freguesia de Urqueira – Orlando Sérgio Palmeiro Calado Cavaco -----

----- Na impossibilidade de comparecerem e conforme preceitua a alínea c), do n.º 1, do artigo 18.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, fizeram-se substituir: -----

----- Freguesia de Nossa Senhora da Piedade – Tesoureiro, **Susana Margarida Santos Costa Pereira** -----

----- União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais – Tesoureiro, **Jorge Manuel Pereira dos Santos** -----

----- Em cumprimento do n.º 1 e n.º 3 do artigo n.º 48º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro (versão atualizada) compareceu o executivo camarário, conforme se especifica:-----

----- Senhor Presidente da Câmara Municipal: -----
----- Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque -----
----- Senhores Vereadores em regime de permanência: -----
----- Natálio de Oliveira Reis -----
----- Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa -----
----- Rui Manuel Simões Vital -----
----- Compareceram os Vereadores em regime de não permanência, senhores: -----
----- Cília Maria de Jesus Seixo -----
----- José Augusto Dias dos Reis -----
----- Estela Augusta Rito Ribeiro -----
----- Deu início aos trabalhos desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da AMO que, após a verificação da existência de quórum, declarou aberta a sessão, pelas quinze horas e quarenta minutos. -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

----- **01 - Período de ANTES DA ORDEM DO DIA – (grelha Anexo A)**-----

01.01 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº07/2019 REFERENTE À SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 2019.12.17 -----

-----O senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL submeteu à apreciação do plenário a ata referida em epígrafe, cujo texto foi, previamente, distribuído a todos os membros constituintes do plenário. -----

----- **Submetida a apreciação do plenário, foi a ata aprovada, por unanimidade, com o voto dos membros presentes na referida sessão.** -----

01.02 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE.-----

----- O senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou o seguinte: -----

----- Relatório Anual da Atividade da CPCJ de 2019 – comunicação da CPCJ-Ourém – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, dando conhecimento do documento para consulta por parte dos membros da AMO. -----

----- Plano Diretor Municipal de Ourém – referiu o seguinte: “Estava previsto para esta sessão a intenção de discutir o PDM, contudo, foi entendimento em reunião de comissão de líderes, sob anuência do senhor Presidente da Câmara, atendendo à importância do documento em causa, o mesmo merecia mais tempo de reflexão e de debate. Assim, foi entendimento da mesa de que esta matéria não seria discutida nesta sessão, sendo agendada para uma sessão extraordinária a ter lugar no próximo dia 13 de março 2020” -----

----- Visita às obras em curso no município de Ourém – expôs o seguinte: “Hoje, no período da manhã fizemos uma visita a várias obras que estão a decorrer no concelho. A mesa faz um balanço positivo daquilo que foi a manhã de hoje. -----

Os propósitos que nos levaram a esta visita penso que foram alcançados. Os membros da AMO não são órgão executivo, nem profissionais da política, tendo alguma limitação no seu tempo e na sua atividade profissional e, geralmente, as obras são dadas a conhecer que em fotografias nos boletins municipais, quer nos documentos que passam pela Assembleia Municipal. Hoje, tivemos a oportunidade de ver in loco algumas obras que estão a decorrer no concelho. Houve a oportunidade de trocar opiniões, saber inclusive junto de todas as forças políticas com representação municipal, alguns até contribuíram, explicando a génese e a origem de alguns projetos que estão a ser executados agora, mas, que já veem de data anterior. tivemos oportunidade de visualizar algumas situações que levou a sugestões. -----

Parece-me que o balanço é positivo. -----

Se alguém quiser usar da palavra sobre a atividade da manhã, poderá fazê-lo. Reina o silêncio, o que poderá ser sinal de satisfação.” -----

----- Relatório Conselho Municipal de Segurança – referiu o seguinte: “Este relatório foi remetido a todos os grupos municipais para se pronunciarem, tendo havido algumas sugestões/propostas que serão remetidas ao executivo municipal. -----

----- Pedido de consulta de atas da Fatiparques desde o ano 2010 – expôs o seguinte: “O senhor deputado Nuno Baptista, a 3 de fevereiro, fez chegar à mesa da Assembleia Municipal um pedido para que fossem remetidas as atas da Fatiparques desde o ano de 2010. -----

O processo foi remetido ao senhor Presidente da Câmara para que nos desse o entendimento dos documentos que estavam a ser solicitados, tendo sido respondido que deveríamos pedir este esclarecimento ao senhor Presidente da Assembleia Geral da Fatiparques. O pedido foi remetido ao Presidente da Assembleia Geral da Fatiparques dia 18 fevereiro, e no dia 27 de fevereiro, o senhor Presidente da Assembleia Geral da Fatiparques respondeu o seguinte, passo a ler: -----

*“Em resposta ao v/ email, cumpre-me responder como segue: -----
Tratando-se a Fatiparques de uma sociedade comercial anónima que se rege pelo Código das Sociedades Comerciais, é atribuído aos sócios com pelo menos 1% do capital social a faculdade de consultar, desde que alegue motivo justificado, na sede da sociedade documentação vária relacionada com a actividade da sociedade, nomeadamente as convocatórias, as actas e as listas de presença das reuniões das Assembleias gerais e especiais de accionistas realizadas nos últimos três anos. -----
Assim, sugerimos que a Assembleia Municipal de Ourém deverá endereçar ao sócio Município de Ourém o pedido de consulta em referência.” -----*

Há desde logo um desconhecimento por parte do senhor Presidente da Assembleia Geral de que o Município de Ourém é a Assembleia Municipal, a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia. Se a Assembleia Municipal pede, não há necessidade da Câmara pedir. -----

Fomos informados de que não nos remetem os documentos, disponibilizando-se para pudermos consultar os documentos. -----

A mesa da AMO preparou uma resposta e eu gostava de ter da parte da Assembleia Municipal a anuência de resposta que pretendemos. -----

Passava a ler o texto, deixando à vossa consideração sobre alguma recomendação e ou sugestão que queiram propor. -----

*“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Geral da Fatiparques; -----
Acusamos a recepção da s/ resposta datada de 27/02/2020. -----*

Estranhamos muito o teor da sua resposta escrita, com o qual não podemos concordar nem aceitar pelo que passamos a expor; -----

- 1. De facto, a Fatiparques é uma sociedade anonima, da qual V. Exa. é presidente da assembleia geral. -----*
- 2. Na qualidade de presidente da assembleia geral da sociedade deverá ter o livro de actas ou pelo menos ter conhecimento de onde este se encontra e caso seja solicitado facultar a consulta do mesmo. -----*
- 3. Decorre efectivamente do Código das Sociedades Comerciais que qualquer accionista que possua acções correspondentes a, pelo menos, 1% do capital social pode consultar, desde que alegue motivo justificado, na sede da sociedade vários documentos, nomeadamente, as actas nos termos do art. 288.º do referido diploma. -----*
- 4. Também decorre do diploma supra citado que o accionista a quem tenha sido recusada informação pedida ao abrigo dos artigos 288.º e 291.º pode requerer ao tribunal inquérito à sociedade. -----*
- 5. Cumpre nos esclarecer, que a Assembleia Municipal é um órgão do Município a par com a Camara, conforme decorre da Lei 75/2013 -----*
- 6. Ambos órgãos representativos do Município, um dos principais acionistas da sociedade que preside a um dos órgãos. -----*
- 7. Por último informamos que uma das principais competências da Assembleia Municipal é a de fiscalização, bem como, a participação ou não do Município em qualquer entidade, nomeadamente, sociedades comerciais depender, também, das competências da assembleia. -----*

Face ao acima exposto, agradecemos a consulta imediata das actas da sociedade Fatiparques a fim de acompanhar e apreciar a actividade ou mesmo a ausência desta nos últimos anos civis. -----

Decorre da lei que a consulta deverá decorrer na sede da sociedade, pelo que agradecemos que nos informe onde poderá ocorrer a consulta. -----

Com os melhores cumprimentos, -----

O Presidente da Assembleia Municipal” -----

----- Face ao exposto, registou-se o pedido de intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA, expondo o seguinte:

“Boa tarde a todos -----

Primeiro, quero congratular-me com as atitudes da mesa da Assembleia Municipal. Acho que tomou os procedimentos corretos tendo em conta a situação surreal, ou seja, eu como deputado municipal sinto-me inibido de um dos direitos que é fiscalizar a atividade da Câmara Municipal e, arrogo-me o direito de pensar tudo, ou seja, pensar acima de tudo que não querem mostrar as atas. -----

Pedia-lhe também que me facultasse essa troca de emails já que fui eu que pedi isso, até porque eu tenho altíssimas dúvidas que as pessoas que assinaram isso tenham qualidade legal para o fazer, porque do registo comercial continuam a fazer parte os antigos administradores da Fatiparques. Dos parques conhecimentos que tenho do registo comercial, parece-me que isso está tudo irregular, inclusive todas as medidas tomadas, anúncios de venda e coisas do género, o que me parece que seja tudo irregular. -----

Numa primeira pergunta, faria um pedido ao senhor Presidente da Câmara se me poderia esclarecer com base em que parecer é que a Câmara Municipal diz que a Assembleia Municipal tem que pedir à Fatiparques. Eu acho que a Câmara Municipal tem de ter na sua posse as atas. O facto da Câmara Municipal ter remetido para a Assembleia Geral, deve ter um parecer jurídico dos serviços jurídicos da Câmara, gostava de ter conhecimento disso. Não podemos dizer apenas peça-se àquela entidade porque dá mais jeito. -----

Por fim, fazia uma sugestão. Sugeriria que o senhor Presidente da Assembleia Municipal que chamasse o Presidente do Conselho de Administração da Fatiparques à Comissão de Planeamento Estratégico, Atividade Económica e Turismo, para ser ouvido no âmbito desta comissão, isto, obviamente, após termos acesso às atas e com algum tempo para que possamos ver o que consta para podermos fazer perguntas. Parece-me de bom tom que possamos fiscalizar realmente algo que, muitas vezes, já aqui foi discutido.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL expôs o seguinte: “O que está em causa tem a ver com o que decorre da lei. O senhor Presidente da Câmara entendeu que nós poderíamos solicitar diretamente à Fatiparques, foi o que fizemos.

Decorre da lei que a Assembleia geral é que tem as atas e que um dos parceiros pode e deve consultar. Nós, como membro integrante do Município de Ourém temos essa faculdade. O que é estranho, é não nos estarem a interpretar dessa maneira, portanto, apresentamos o teor deste compromisso. -----

Relativamente à sugestão do senhor deputado, de chamar ou não o Presidente executivo da Fatiparques, fica aqui o repto ao Presidente da Comissão Planeamento Estratégico, Atividade Económica e Turismo, neste caso, a Primeira Secretária da Mesa da AMO, de o ouvir em sede desta Comissão.” -----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhor JOSÉ MANUEL PEREIRA ALHO expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Agora que passamos para um registo mais formal da nossa reunião, começou cedo, às 9 da manhã, gostava de deixar aqui três apontamentos. -----

Primeiro, sobre a visita ao estado das diversas obras que pudemos visitar. Obviamente um agradecimento ao Município pelo facto de ter disponibilizado essa oportunidade, colocando os meios disponíveis para que o pudéssemos fazer. -----

Gostaria de dizer também, e sem qualquer pitada de ironia, da parte do grupo municipal do PS, é abusivo retirar a conclusão de que o silêncio significa satisfação. Eu, como pessoa da administração pública, diria antes, tomámos o devido conhecimento in loco. -----

Relativamente à questão do relatório da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens que está disponível, dizer que o executivo antecipou aquela que era a preocupação do nosso grupo municipal e que iríamos ter oportunidade de aqui colocar, por isso, diligenciaremos o contacto com esse relatório. Perguntava, a quem nos devemos dirigir para podermos consultar o documento. -----

Quanto ao Relatório Conselho Municipal de Segurança, verificamos a transcrição do relatório de um município e, no copy paste, vinha erradamente o nome desse município, pelo que sugerimos que fosse alterado para Ourém. -----

Obrigado.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou de que o Relatório da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens encontra-se disponível para

consulta por parte de qualquer membro da AMO, bastando para o efeito, dirigir-se ao respetivo serviço de apoio. -----

----- Defesa da honra – sobre esta questão, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou de que a senhora Vereadora Cília Seixo apresentou um pedido de defesa da honra a propósito de uma intervenção em que se sentiu lesada, tendo sido entendimento da mesa da AMO conceder o mesmo. -----

----- Assim, de imediato, foi dada a palavra à senhora VEREADORA CÍLIA MARIA DE JESUS SEIXO que expôs o seguinte: “Exmo sr. Presidente da Assembleia Municipal de Ourém, Srs. Secretários -----

Exmo sr. Presidente da camara, Senhores vereadores -----

Senhores deputados municipais e público aqui presente, -----

Na reunião da Assembleia Municipal de 17 de dezembro dedicada à discussão do estado do concelho, foram aqui apresentadas pela bancada do PSD, na voz do Sr. Deputado Orlando Cavaco, um conjunto de “considerações, de natureza política”, como referiu, relativamente ao PS, na pessoa dos seus vereadores; -----

estamos-lhe gratos por não se esquecer de nós, sr. Deputado! Na verdade, depois de um dia de trabalho e de mais de duas horas de discursos, ouvir falar de nós na reunião do órgão concelhio mais representativo do concelho, gera-nos uma certa adrenalina, boa para continuar atentos aos discursos... pode continuar a fazê-lo! -----

Numa das referidas considerações, em que falava da necessidade de atrair investimento para o norte do concelho, concretamente para a Freixianda, o sr. Deputado disse que o PS e os vereadores do PS “*criticam e não aprovam o investimento para aquela zona*”, concretamente para a requalificação do Mercado do Peixe e para a compra de terrenos para a zona industrial da Freixianda, mostrando, desse modo, segundo o Sr. Deputado que *não têm uma posição favorável ao investimento na zona norte* e que isso **não podem aceitar**, porque **se recusam** a abandonar milhares de pessoas à sua sorte! -----

Srs. deputados do PSD, **os vereadores do PS efetivamente recusam-se é a aceitar a falta de transparência**, a falta de rigor, o desrespeito pelo uso de dinheiros públicos deste executivo subjacente a estes negócios! -----

Mas passemos a um primeiro esclarecimento geral: -----

1º Tanto no caso da requalificação do Mercado do Peixe como no da Zona Industrial, a posição dos vereadores do PS foi de abstenção (e não de não aprovação, como o sr. Deputado refere);

2º Tanto num como no outro caso, a posição dos vereadores do PS foi acompanhada por uma declaração de voto, que, pelos vistos, os srs. Deputados não leram; -----

3º E por último, para que fique bem claro: interessa-nos o norte do concelho, interessa-nos o investimento feito naquela zona e, principalmente, interessam-nos as pessoas da Freixianda e o seu bem-estar!! **O que não nos interessa é pactuar com práticas pouco claras!** -----

Mas passemos agora ao esclarecimento concreto de cada um dos casos; começamos com o Mercado do Peixe: -----

1º Era um projeto que vinha do anterior executivo PS, orçamentado em cerca 240.000 euros; --

2º O mesmo projeto é apresentado para aprovação em reunião de câmara, pelo atual executivo, por cerca de meio milhão de euros; -----

3º Nenhum documento na proposta que veio à reunião nos indicava onde iria ser gasta a restante verba; -----

4º Perguntámos a razão do aumento da verba e o sr. Vereador Rui Vital, de uma forma vaga, num encolher de ombros, diz que “**achaaa**” que se vai fazer uma sala de congressos para workshops e outros eventos culturais... -----

5º Perante este “**achismo**”, esta falta de fundamento para um novo orçamento, e **exatamente porque queríamos que o Mercado fosse requalificado**, abstivemo-nos. -----

E sabe porque nos abstivemos, sr. Deputado? Porque **não aceitamos**, porque **recusamos gastar dinheiro publico sem saber exatamente onde ou em quê!!** Porque temos respeito pelos contribuintes!! -----

Vamos agora à Zona Industrial da Freixianda: -----

Sabem os srs. Deputados que documentos acompanhavam a proposta de aquisição dos terrenos para a ZI da Freixianda? Os documentos resumiam-se a **única e exclusivamente uma informação**, assinada pelo Sr. Vereador Natálio Reis, em que nos era **comunicado o seguinte**: -----

1º Iriam ser adquiridos terrenos para a zona Industrial da Freixianda; -----

2º O valor total da compra dos terrenos rondaria os 647.700 euros; -----

3º A negociação dos terrenos com os proprietários iria ser feita pelo sr. Presidente da Junta da Freixianda. -----

Apenas isto! -----

Avaliação oficial dos terrenos?? **Não foi feita!**" -----

Avaliação da viabilidade económica desta zona industrial, praticamente ao lado da de Caxarias? **Não foi feita!** -----

Srs. Deputados do PSD, usando as palavras do sr. Deputado Orlando Cavaco, os vereadores do PS também não aceitam e recusam; mas -----

Não aceitam e recusam negócios às cegas! -----

Não aceitam e recusam assinar de cruz! -----

Não aceitam e recusam aprovar projetos, cuja viabilidade económica ninguém sabe qual é! ---

Não aceitam e recusam aprovar o gasto de uma verba tão elevado de **DINHEIROS PÚBLICOS**, sem que lhes seja apresentado um relatório de uma avaliação formal e comprometedor de um perito avaliador, como o Executivo em funções, apresentou para outros negócios de aquisição ou venda de património. -----

Não aceitam e recusam a falta de transparência nestes negócios! -----

E o norte do concelho entende bem a posição que os vereadores do PS tomaram! Porque, ao contrário daquilo que alguns julgam, os ourenses sabem pensar!!" -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

01.03 – ATIVIDADE MUNICIPAL – APRECIÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL apresentou uma informação acerca da atividade municipal, a qual foi elaborada nos termos e em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a seguir se reproduz: -----

COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: “Excelentíssimos ---

Senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Senhora Vereadora e Senhores Vereadores -----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais -----

Comunicação Social -----

Minhas Senhoras e meus Senhores, presentes nesta sala e todos os que nos seguem através da transmissão online que estamos a realizar. -----

Tratando-se da primeira oportunidade, neste ano civil, começo por dirigir uma saudação cordial a V. Excelências, plena do melhor espírito democrático, uma característica desta Casa, enquanto representantes eleitos pelo nosso povo, desejando a todos um bom e profícuo ano de 2020. -----

Encontramo-nos neste espaço nobre e mais uma vez ao serviço do Município de Ourém, num dia repleto de motivos para nos aproximarmos, ainda mais, da nossa terra, terra essa que nos comprometemos a servir, da qual gostamos e defendemos em qualquer circunstância. -----

Como já aqui referi anteriormente e fi-lo com convicção, ao longo dos últimos 2 anos, coincidentes com o mandato da atual maioria no Executivo, muitos têm dedicado o seu trabalho e motivação, quer nas Assembleias e Juntas de Freguesia, quer na Câmara e na Assembleia Municipal, rumo à consolidação do nosso Município, enquanto referência mais coesa e harmoniosa, sendo todos merecedores do nosso respeito, consideração e estima, esperando-se de mim e de todos os órgãos da administração municipal, que continuemos a intervir no sentido de uma sociedade mais justa e solidária. Da nossa parte, prosseguiremos o nosso trabalho, na busca constante de consensos e soluções, promovendo, sempre que tal se mostre possível, uma postura de diálogo, participação e partilha, acreditando que esse é o caminho. -----

É assim que me cumpre dar conhecimento a V. Exas, ainda que de forma não exaustiva, de alguns aspetos da administração municipal, que, em minha opinião, se têm revelado de importância relevante. -----

O nosso Município tem sido fértil em organizações dirigidas à sociedade civil, nas vertentes, cultural, desportiva ou lúdica. -----

Foi assim nas festividades natalícias, que se desenrolaram de 6 de dezembro de 2019 a 6 de janeiro deste ano e que trouxeram muita alegria e uma mensagem de fraternidade à nossa comunidade, nomeadamente às cidades de Ourém e Fátima, como decorreram também no seio da nossa comunidade, os festejos de Carnaval, que trouxeram a Ourém largos milhares de participantes, entre público e figurantes, integrados nas coletividades e instituições que se quiseram associar ao evento. -----

Um momento de extraordinária relevância aconteceu também com a realização do Fórum Estudante, um espaço dirigido à comunidade estudantil, que teve a oportunidade de contactar diretamente com várias instituições do ensino superior, apreciando a diversidade da oferta, a par da presença dos estabelecimentos de ensino do concelho, numa mostra plena de atualidade e interesse. -----

A Câmara Municipal de Ourém promoveu, no dia 29 de janeiro passado, a reativação do Conselho Municipal da Juventude, criado em março de 2013, mas sem atividade há largo tempo. -----

De igual forma se procedeu à reativação do Conselho Municipal de Educação, que reuniu no dia 20 de fevereiro e no qual se efetuou uma primeira abordagem, com a apresentação de diversos cenários, da reformulação da Carta Educativa Municipal, que oportunamente, e após validação final pelo executivo e pelo Conselho Municipal de Educação, será enviada a V. Exas. para se pronunciarem sobre a mesma. -----

No âmbito da descentralização, da qual, como sabem, sou um claro defensor, tenho a lamentar alguns atrasos nas respostas da administração central em algumas áreas, como será o património, pois, ainda não sabemos se as Casas de função dos magistrados, em Ourém, e a Casa dos cantoneiros em Rio de Couros, fazem parte de imóveis a transferir, apesar das inúmeras diligências da nossa parte. No domínio do estacionamento público, também ainda não foi facultado o acesso ao sistema SCOT (um aplicativo informático de apoio à fiscalização). Estes atrasos estão a impedir-nos de as exercer, na sua plenitude. -----

Na área da Educação, que assumiremos a partir de setembro, procedeu-se à primeira reunião da Comissão de Acompanhamento, com a presença do Dr. Francisco Neves da DGEstE e dos

Diretores dos diversos agrupamentos do concelho e desta reunião ficou a certeza de que estamos a desenvolver um trabalho articulado de cooperação e sem atropelos institucionais. --- Outra área de especial relevo é a da Saúde, que assumiremos a partir de janeiro de 2021 e aqui, cumpre-me referir que em novembro passado recebemos uma nova proposta do Ministério, mais consentânea com a nossa contraproposta, apesar de ainda evidenciar algumas debilidades, especialmente no que aos recursos humanos respeita. -----

Face a todas estas dificuldades, estamos a desenvolver todos os esforços e a canalizar energias, para que a população possa dispor de serviços de maior proximidade e qualidade.

Foi com base nessa premissa, que no passado dia 2 de janeiro, tive oportunidade de reunir com o Senhor Secretário de Estado da Saúde, Doutor António Lacerda Sales, a propósito dos constrangimentos identificados no Município e no sector da saúde, tendo também participado nessa reunião, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Ourém. -----

Desta reunião decorreu o compromisso de vir o Senhor Secretário de Estado a analisar a viabilidade da criação de um novo serviço de Apoio Permanente no Centro de Saúde de Ourém, a funcionar durante a semana, o que permitiria aliviar a afluência de munícipes ourenses ao Serviço de Urgências do Hospital de Santo André, em Leiria. Também foram abordadas as motivações que estavam a conduzir o Centro de Orientação de Doentes Urgentes a encaminhar os utentes ourenses para o Hospital de Abrantes e não para o de Leiria. -----

Decorrente de uma reunião posterior com o Dr. Luís Pisco, presidente da ARSLVT e o Dr. Luís Meira, presidente do INEM, posso informar-vos que a situação está ultrapassada, tendo inclusive as nossas corporações de bombeiros recebido instruções, por escrito, de que o nosso hospital de referência é o Hospital de Santo André, em Leiria. -----

Devo ainda informar V. Exas que desde janeiro de 2020 a nova Diretora do ACES do Médio Tejo é a Dra. Diana Leiria, que teve a amabilidade de nos ser apresentada pelo Dr. Luís Pisco em reunião ocorrida no início de fevereiro, na Câmara Municipal, substituindo assim a Dra. Maria Sofia Theriaga. -----

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores deputados municipais -----

O projeto internacional "*Shrines of Europe*", continua a desenvolver-se com o envolvimento do Município de Ourém e dos parceiros europeus e na sequência de recente reunião com a Senhora Secretária de Estado do Turismo, de entre os temas abordados, figurou a dinamização turística (cultural e religiosa) do concelho de Ourém, nomeadamente através do apoio do Turismo de Portugal aos projetos Rota Carmelita e Rota dos Pastorinhos e a intenção de criação da Associação "*Shrines of Europe*". -----

De igual forma, será uma realidade, já no próximo mês de março, os 8º Workshops Internacionais de Turismo Religioso, que têm vindo a ganhar uma dimensão crescente, um evento, apoiado decisivamente pelo Município de Ourém. -----

Quero ainda informar esta câmara, que o Município de Ourém irá receber, entre 10 e 13 de dezembro, deste ano, o 5º Encontro de Investidores da Diáspora, um Encontro que irá decorrer no Centro Pastoral Paulo VI, em Fátima e onde é esperada a participação de inúmeros investidores e empreendedores portugueses espalhados pelo mundo, além da presença de membros do Governo, deputados à Assembleia da República, autarcas, responsáveis de entidades públicas, representantes de empresas, de câmaras de comércio e do associativismo das comunidades portuguesas. -----

Este 5º Encontro de Investidores da Diáspora terá organização conjunta do Município de Ourém, da CCDR Centro, da CIM do Médio Tejo, do Santuário de Fátima e da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, assumindo grande relevância, não apenas pelo potencial de contactos que proporciona junto das comunidades portuguesas, mas também pela grande notoriedade e visibilidade que irá proporcionar ao concelho de Ourém e a toda a região do Médio Tejo. -----

Paralelamente será realizada a Gala 2020 da Câmara do Comércio e Indústria Franco-Portuguesa, no dia 12 de dezembro, também em Fátima, que potenciará a presença de empresários da diáspora no evento, constituindo-se como uma grande oportunidade para os nossos empresários expandirem e potenciarem os seus negócios. Deste modo, será possível receber dois grandes eventos empresariais no nosso concelho, acrescentando potencial e dimensão ao V Encontro de Investidores da Diáspora -----

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores deputados municipais -----

Conforme tiveram oportunidade de constatar no período da manhã, o Município de Ourém tem em curso um vasto portefólio de obras públicas a par de outras em fase de projeto, que esperamos possam vir a ser concretizadas em breve. Reforço aqui, os investimentos feitos na área do património histórico e cultural, mas não quero deixar em claro, a aposta concretizada na rede viária e na reabilitação urbana, áreas que conhecerão desenvolvimentos acentuados nos tempos mais próximos. -----

Nesta oportunidade, terei também de me referir ao PDM e à sua próxima aprovação em sede de reunião do executivo, transitando depois para esfera de competências desta Assembleia, que todos esperamos ainda se possa pronunciar durante o próximo mês de março. -----

Não posso deixar de expressar também, a minha satisfação pelo crescente número de empresas do concelho classificadas como PME Líder, uma marca registada do IAPMEI e um símbolo que vem ao encontro da aposta feita pelo executivo no apoio ao tecido empresarial, assim como a criação do Grupo de Trabalho que visa projetar o nosso futuro e defender os interesses do nosso concelho, no Quadro Comunitário Portugal 2030. -----

Igualmente importante, é o procedimento que permitirá a elaboração e aprovação do Plano de Urbanização de Ourém, que está em fase de análise do estudo de caracterização, assim como o procedimento de elaboração da revisão do Plano de Urbanização de Fátima, do qual estamos já a analisar a primeira proposta do Plano. Estes instrumentos, permitirão criar regras claras de atuação sobre o espaço, através da organização e consolidação da malha existente, com a redefinição de critérios e orientações de edificabilidade reforçando uma imagem de qualidade. As revisões agora em curso visam ainda, melhorar a circulação viária e pedonal, estacionamento, bem como a criação de espaços públicos que contribuam para a satisfação da população. -----

Uma vez que defendemos a participação ativa e alargada da população e que estes instrumentos são estruturantes, como medida de proximidade e de inovação, iremos disponibilizar uma plataforma digital, a disponibilizar a toda a população, para que esta se possa pronunciar sobre os problemas e estratégias apresentados -----

Decorrente da adesão à Tejo Ambiente, empresa intermunicipal recém-constituída, conseguiu-se aceder a fundos comunitários que irão possibilitar a extensão da rede de saneamento às

populações, até agora privadas desta necessidade básica e foi nesse contexto que recebemos a confirmação do sucesso de quatro das candidaturas propostas. -----

Está assim garantida a autorização para dar início aos procedimentos, que haverão de resultar na instalação de redes de saneamento em quatro pontos do concelho, correspondentes a cinco freguesias e uniões de freguesias, como serão os casos do: Bairro (Nossa Senhora das Misericórdias); Boleiros e Estrada de Minde (Fátima); periferia de Ourém (pois o projeto engloba povoações de Atougua, Nossa Senhora das Misericórdias e Nossa Senhora da Piedade) e Rio de Couros (União de Freguesias de Casal dos Bernardos e Rio de Couros), num investimento de cerca de 8 milhões de euros. -----

Quanto aos projetos que envolveram as Juntas de Freguesia, não poderei deixar de me referir à inauguração, após requalificação, do Mercado do Peixe na Vila de Freixianda, uma obra de extrema importância para o norte do concelho. -----

Recordo que esta obra decorreu de um projeto financiado por fundos Europeus, da responsabilidade daquela União de Freguesias, tendo a Câmara apoiado com 70% da componente nacional, no montante de 70 mil euros. -----

De igual forma, irei propor ao executivo o apoio, também com 70% da componente nacional, para projetos já validados, como sejam o da requalificação do mercado de Fátima, e os da limpeza da rede primária em Alburitel e Urqueira, assim como outros projetos das várias juntas de freguesia, que estejam em análise pelos diferentes organismos e que se mostrem exequíveis técnica e financeiramente. -----

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores deputados municipais -----

O poder democrático emana sempre, das eleições, mas consolida-se e fortalece-se com a prática governativa diária, onde o eleito deverá estar atento aos anseios das populações, procurando mitigar, com a sua intervenção, as dificuldades com que os cidadãos se deparam no dia a dia. -----

É essa a legitimidade que resulta do reconhecimento que as populações fazem da ação política daqueles que elegeram, o que nos permite dizer que agimos em nome do povo e em seu benefício. -----

O interesse último da nossa intervenção será sempre o de contribuir para que todos os órgãos do Município cumpram as suas obrigações éticas, morais e legais e perspetivem políticas capazes de transformar o espaço social e a economia local, incentivando a criatividade e a inovação, embora tendo como referencial, a excelência da qualidade de vida das populações do Município de Ourém. -----

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, muito obrigado pela vossa atenção.” -----

----- Foram ainda remetidos os anexos, abaixo descritos, tendo os mesmos sido dados a conhecer a todos os membros constituintes do plenário (arquivado na respetiva pasta) -----

1. Relatórios das diversas estruturas -----

Anexo	Nova Estrutura	Nomenclatura
Anexo A	Divisão de Gestão Financeira	DGF
Anexo A.i)	Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento	SCPA
Anexo B	Divisão de Recursos Humanos e Informática	DRHI
Anexo C	Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos	DOMSU
Anexo D	Divisão de Urbanismo e Território	DUT
Anexo D.i)	Serviço de Planeamento do Território	SPT
Anexo E	Divisão de Ação Cultural	DAC
Anexo F	Divisão de Educação e Vida Saudável	DEVS
Anexo F.i)	Serviço de Ação Social e Saúde	SASS
Anexo F.ii)	Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude	SADJ
Anexo G	Divisão de Apoio a Fundos Comunitários e Expediente	DAFCE
Anexo H	Divisão de Empreendedorismo e Turismo	DET
Anexo I	Divisão de Fiscalização e Contencioso	DFC
Anexo I.i)	Lista de Processos Impugnados e Executados e processos Judiciais	DFC
Anexo J	Divisão de Ambiente e Sustentabilidade	DAS
Anexo K	Divisão de Projetos Técnicos	DPT
Anexo L	Serviço de Atividades Municipais e Protocolo	SAMP
Anexo M	Gabinete de Imagem e Comunicação	GIC
Anexo N	Serviço Municipal de Proteção Civil	SMPC

Anexo O

Gabinete Técnico Florestal

GTF

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, senhores: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: **“Estranhamente, não foi incluído neste périplo pelas obras em execução no concelho de Ourem, a visita às obras da REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS NA FREGUESIA DE FATIMA – CASA VELHA, EIRA DA PEDRA, E FATIMA ANTIGA PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS** -----

Vamos então contextualizar a questão: -----

A conclusão da empreitada e o final das obras das redes de drenagem de águas residuais na Freguesia de Fátima — Casa Velha, Eira da Pedra e Fátima Antiga estava previsto para 16 de janeiro de 2020; o tempo de duração da obra era de 365 dias e os custos de 2.289.302.22 euros. -----

Ainda durante os últimos meses de 2019, fomos alertados da existência de grandes atrasos na obra e de problemas relativamente graves entre o dono de Obra – neste caso o Município de Ourem e a empresa responsável – no caso a Civibeira. -----

Na reunião camararia de 3 de Fevereiro de 2020, vai a reunião de camara, um pedido da empresa responsável pela obra, para prorrogação do prazo de mais 180 dias para termino da obras, o que representa um acréscimo de 50 % no prazo total. -----

O pedido apresentava vários motivos, com destaque alegação de que a **execução dos trabalhos está a ser dificultada pela indisponibilidade dos terrenos** para a implantação das estações elevatórias e coletores envolventes. -----

Note-se que a aquisição destes terrenos é da exclusiva responsabilidade do dono de obra – Município de Ourem. -----

Mais se estranha isto tudo porque o Sr. Presidente de Camara, assina em setembro de 2018, uma declaração que atesta que todos **os proprietários já consentiram a intervenção nos terrenos, ou seja, á mais de 1 ano e meio.** -----

Podemos por isso concluir que: -----

1º Os terrenos da Eira da Pedra e Fátima Antiga não podem ser usados, porque é necessária uma alteração da implantação e do traçado do coletor da estação elevatória.

2º Os Terrenos da Casa Velha ainda não estão disponíveis. -----

3º Durante um ano e meio o executivo deixa tudo andar, não se dando conta de que a obra não pode avançar sem aqueles requisitos. -----

4º Só quando o consórcio pede a prorrogação do prazo, o executivo verifica a falha e acorda para o problema: o risco de perder os fundos comunitários. -----

5º E finalmente, o próprio executivo acaba por concluir que é o único responsável pelo atraso da obra -----

Então faz sentido perguntar e pergunto mesmo: -----

Já foram apuradas as responsabilidades por esta enorme falha? -----

Existe comunicação entre presidente, o vereador/a do pelouro e entre estes e os departamentos e divisões? Não há reuniões de equipa? -----

Pode o senhor presidente de Camara assegurar que não vão existir problemas com os fundos comunitários, nem se vão perder verbas devido a este atraso?" -----

= **FILIPE REMI CALLEBAUT MENDES**, em nome do grupo municipal do MOVE, expôs o seguinte: "Senhor Presidente -----

Tenho aqui umas quatro questões e gostaria de ver algumas respostas. -----

Começaria pelas Startups. Temos um edifício que é uma obra bandeira deste executivo, gostaria de ter uma análise, com alguma clareza, de quantas empresas abriram; quantas é que lá estão; quantos postos de trabalho é que foram criados com aquele investimento. -----

Outra situação que gostava de perguntar tem a ver com o novo restaurante que abriu na Cova da Iria, o Burger King. De facto, reparou-se, com alguma estranheza, nos acessos quer de entrada, quer de saída. A entrada, pela Av. Alves Correia da Silva, que é uma avenida que se estrangula com alguma facilidade, de inverno aos fins de semana e de verão com alguma continuidade. A saída que parece mais espantosa, é sair em cima de uma passadeira junto à estrada do Estoril, uma estrada que, com facilidade, se enche de trânsito. Gostava de saber qual foi o planeamento, qual foi a perspetiva, qual a ideia, qual o estudo que foi feito, à pressa

e quase sem avisar ninguém. Fazem aquilo daquela forma e daquela maneira, o que parece muito estranho. -----

Outra questão é sobre o Conservatório de Fátima que vai receber as cadeiras que não servem para o de Ourém que está em obras. Estranhamente, não sei se todas, mas muita gente recebeu um email a pedir ajudas para terminarem o Conservatório. Gostaríamos de ter uma perspetiva quem é o encarregado das obras, quem é o responsável e qual é a ideia de andarem a pedir dinheiro às pessoas. -----

Outra questão que gostaria de colocar num âmbito mais local, é sobre a estrada do Vale da Perra. Falou-se aqui várias vezes desta estrada. Aparentemente andaram lá umas máquinas, colocaram asfalto em cima do caminho antigo, mas, as valetas estão em tout venant. Pergunto se efetivamente as valetas são para ficar em tout venant porque, quando vierem as chuvas, o tout venant desaparece e o alcatrão vai atrás e, daqui a dois ou três anos, tudo estará igual ou muito similar. -----

Por fim, num campo mais amplo, gostava que um dia fosse apresentado um estudo, um programa ou o que quer que seja, relativamente à estratégia real do concelho. O que é que o concelho pretende efetivamente para o futuro e qual a perspetiva. Mas, gostava que esse trabalho fosse feito de dois modos, um primeiro sobre o concelho e um segundo sobre o concelho sem a freguesia de Fátima. Muitas vezes, fala-se que o concelho está a evoluir, que o concelho está a andar para a frente, mas, de facto, em termos reais vê-se muito pouco face ao desenvolvimento que Fátima tem tido que é, de facto, demarcante para o concelho.” -----

= **NUNO MIGUEL NEVES DOS PRAZERES** expôs o seguinte: “Gostaria de enaltecer a iniciativa de hoje de manhã, com visita a algumas obras em curso, mas, com muita pena minha, não pude participar, e gostaria de deixar aqui o meu desabafo, desde sexta feira que está em falta a medicação para pessoas com doença como a minha. Só chegou hoje, tomei à tarde e tive de esperar que fizesse efeito para estar aqui agora. Este ano é a primeira vez que acontece, no ano passado, aconteceu duas vezes, o que é de lamentar. fica aqui o meu desabafo e de muitos cidadãos na mesma situação do que eu. -----

Gostaria de abordar a questão do auditório dos Monfortinos. Finalmente, foi feita a obra pedida há muito tempo. Gostaria de perceber de quem é o espaço, quem gere o mesmo, que tipo de instituição é o Conservatório. -----

Uma outra questão. agora que estamos numa onda de reciclagem e de aproveitar/usar todo o tipo de equipamento e reciclar, não vejo qualquer problema de usar o equipamento que saiu de uma estrutura em obras e foi colocado para outra que, mesmo não sendo da Câmara, pelo que sei, julgo ser uma boa iniciativa por parte da Câmara Municipal.” -----

= **LUÍS PEREIRA DE OLIVEIRA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, expôs o seguinte: “Cumprimentava a todos na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Gostaria de colocar uma pergunta simples. Já vimos os placards para a requalificação da EN113 entre a rotunda do Intermarché e a rotunda do IC9, no Escandarão. Como as obras ainda não avançaram, pergunto se o senhor Presidente da Câmara tem mais alguma informação que nos possa dar, dado o perigo que a estrada continua a oferecer.” -----

= **JORGE MANUEL PEREIRA DOS SANTOS**, em nome da União de Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, expôs o seguinte: “Antes de dizer algumas palavras, gostaria de manifestar a minha indignação sobre um projeto da nossa Junta de Freguesia que tem a ver com a requalificação do Mercado do Peixe. -----

Se me dissessem que um TOMI faz falta em Fátima, é porque faz falta. Nós lutamos muito para que houvesse uma requalificação do Mercado do Peixe e é bom esclarecer aqui algumas coisas. O Mercado do Peixe teve dois concursos, um para a obra propriamente dita e outro para a parte da comunicação. O TOMI efetivamente está englobado na parte da comunicação e sem esta parte não haveria candidatura, não havia projeto aprovado. -----

Também retiramos algumas coisas do mercado, como por exemplo um palco elevatório que estava previsto num projeto inicial, para não encarecer mais o projeto. Nesta fase, a empresa que ganhou foi a que trouxe melhor preço. A Câmara esclareceu aqui, e bem, os números e era bom que, de uma vez por todas, entendêssemos que o TOMI faz falta à Freixianda como faz falta em qualquer lado. -----

E nós, no que diz respeito à Freixianda, no último mês tivemos acesso aos números das pessoas que usaram o TOMI, utilizadores únicos, que tiraram fotos na nossa freguesia e foram quatrocentos utilizadores diferentes. Isto vale o que vale mas é importante para a divulgação, para a marca da União de Freguesias, para a promoção daquela zona norte. -----

Esta parte da comunicação envolvia um estudo do público alvo que é importante, um estudo feito a nível nacional que envolve os distritos aqui à volta, mas também envolve o estrangeiro, um estudo no âmbito da natureza e de cariz religioso. Não devemos esquecer que estamos cada vez mais esquecidos e temos por ali os caminhos de Fátima e com esta promoção, pensamos nós, poderemos ter mais visitantes na nossa freguesia. -----

Mas, o que me fez pedir a palavra, tem a ver com a felicitação a este executivo municipal pelo cumprimento de algumas promessas, nomeadamente, o asfaltamento dos arruamentos no Casal Pinheiro, nos Abades, no Vale do Carro e no troço da estrada da Lagoa do Grou para a Cacinheira. -----

Gostaria ainda de referir a implementação de uma ilha ecológica, uma luta antiga na zona da praça principal onde é realizado o mercado. -----

Deixar ainda o alerta a este executivo municipal que muito ainda temos para fazer na nossa freguesia e pedimos que não se esqueçam das diversas reivindicações que temos vindo a fazer. -----

Muito obrigado” -----

= **ANTÓNIO HENRIQUES PEREIRA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Atouguia, expôs o seguinte: “Ex.mo senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Ex.mo senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Senhores vereadores -----

Senhores deputados municipais -----

Caros colegas presidentes de junta de freguesia -----

Gostaria de fazer alguns agradecimentos e colocar algumas questões -----

Quero agradecer ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, ao senhor Presidente da Câmara Municipal e a todos os deputados que nos acompanharam na visita às obras na

escolado Zambujal. Espero que seja um investimento para melhorar a freguesia, que seja uma mais valia para o Zambujal e para todas as pessoas do concelho. -----

Queria agradecer também a intervenção do município na execução da obra da estrada do Alveijar/Vale da Perra. E, agora que estou a falar desta obra, gostaria de dizer aqui o seguinte. Foi uma obra onde eu passava todos os dias porque moro ali e gostava de acompanhar as obras mesmo sendo uma obra da Câmara, e refiro que não foi colocado um tapete em cima de tapete. Foi feito um saneamento da estrada e foi colocado um tapete preparatório, e só depois foi posta uma segunda camada. -----

Relativamente às bermas em betão, foi uma intervenção nas zonas mais acidentadas, onde as águas poderiam levar o tout venant. Há uma outra intervenção que está em tout venant mas é numa zona plana, não havendo grande perigo da estrada ser estragada -----

Gostaria ainda de agradecer a intervenção da Câmara Municipal na rua da Terra Fria, uma zona de ribeiro, que estava a condicionar o trânsito, tendo sido arranjada e alargada. -----

Gostaria também de agradecer a pequena intervenção que houve na zona de São Sebastião, uma zona de acidentes todos os dias, onde uma pequena intervenção, com catorze mil euros, resolveu-se um problema grave que havia na freguesia. -----

Por fim, gostaria de colocar uma questão ao senhor Presidente da Câmara Municipal que tem a ver com a capela de São Sebastião. Está previsto algum investimento, alguma intervenção no decorrer do ano 2020? -----

Outra questão é relativa à estrada Vale das Sobreiras que está na zona de Fontainhas de Seiça.” -----

= **CATARINA BORGES FARIA**, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Núcleo de Apoio a Vítima -----

Cumprimento todos os presentes na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal -----

Tendo em conta a estratégia Nacional para a igualdade e não discriminação 2018-2030 “Portugal mais Igualdade”, aprovada pelo XXI Governo constitucional a 8 de Março de 2018 que está publicada em diário da república (resolução do conselho de ministros n.º 61/2018 de 21 de Maio) e verificando-se o aumento contante de casos de violência doméstica, -----

Sr. Presidente verificamos no site do município na página da intervenção social que o NAV desapareceu, o não o teremos encontrado? Esta situação preocupa-nos. -----

Gostaríamos de saber: -----

Acabou com este núcleo? -----

Que tratamento e dado as vítimas de violência doméstica e outras situações do nosso concelho? -----

Que proteção tem? -----

Que atendimento tem? -----

Pra onde são encaminhadas? -----

Existe dotação financeira disponível para promover medidas de atendimento e apoio especializado nas dimensões social, psicológica e jurídica a vítimas de violência doméstica e ou violência de género, organização de processos de intervenção no terreno, prevenção primaria junto da comunidade local. -----

Mais um apoio as vítimas que este executivo não valorizou para o nosso concelho e consequentemente apoios financeiros que perdeu? -----

= **PAULA CRISTINA DE OLIVEIRA MARTINS**, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

A questão que gostaria de colocar ao senhor Presidente tem a ver com a segurança nos transportes escolares. -----

Atendendo a que a legislação obriga a determinados requisitos de segurança nos transportes escolares, assim como a outras regras de acompanhamento dos alunos em espaços públicos, como é que o senhor Presidente explica ou entende a distribuição de apenas um raquete e de um colete para cada escola. -----

Estas são as questões que nos têm feito chegar por algumas escolas e que preocupam, neste momento, os professores.” -----

= **JORGE MANUEL DIAS LOPES**, na qualidade de Presidente de União de Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos, expôs o seguinte: “Cumprimento a todos na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Depois de ouvir a o senhor Presidente sobre o saneamento básico no nosso município, gostaria de congratular-me com o facto de Rio de Couros também estar nesse planeamento de obras aprovadas. -----

Agradeço o facto de Rio de Couros ter uma obra que é urgente e necessária e perguntar se há alguma data prevista para o início dessas mesmas obras.” -----

= **CUSTÓDIO DE SOUSA HENRIQUES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Seiça, expôs o seguinte: “Cumprimento todos os presentes -----

Uma vez que se falou no saneamento básico para Rio de Couros, aproveitava a oportunidade para lembrar que Seiça, na zona da Lameirinha e do Vale da Cordela, insere-se no mesmo eixo e gostaria de saber se nos estudos não previam abordar estas zonas porque, à partida, parecia-me que, sendo a mesma área de intervenção da Ribeira, seria uma forma de solucionar aquela área também. -----

Muito obrigado” -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

antes de colocar a minha questão, gostaria de agradecer à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal esta iniciativa de visita às obras durante esta manhã que, no meu entender, foi muito proveitosa e apercebemo-nos que o concelho de Ourém vai mudar e vai ficar muito melhor. -----

A minha questão é muito concreta e, para mim, muito significativa, saber quem fez as obras. Se foi o anterior ou o atual executivo. -----

Quais as obras, quais os projetos que estavam em andamento quando V.^a Ex.^a chegou à Câmara Municipal. Quais as obras que já estavam iniciadas? Quais as obras que estavam quase a terminar? Esta é a minha pergunta e peço resposta direta e o mais sucinta possível para ficarmos aqui com a ideia sobre esta questão.” -----

= **PAULO ALEXANDRE CANCELINHA DE SÁ**, na qualidade de representante do grupo municipal do CDS-PP, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Gostaria de colocar uma questão que tem a ver com o canil municipal. -----

Nos últimos tempos têm sido feitos diversos comentários relativamente aos maus tratos com animais. -----

Acho que seria importante esclarecer o ponto da situação relativamente ao canil. -----
Agradecia um esclarecimento sobre isto.” -----
= **AVELINO DA CONCEIÇÃO SUBTIL** expôs o seguinte: “Questiono se o senhor Presidente
pode esclarecer uma situação que tem a ver com os conservatórios de Fátima. Chamo-lhes
conservatórios porque tive acesso ao protocolo que foi a reunião de Câmara e, na primeira
linha diz “Conservatório de Música do Centro, Cooperativa”. Na segunda linha diz que é uma
“Associação de grande dinâmica para o concelho de Ourém”. -----
Das duas uma, ou é uma cooperativa ou é uma associação, não pode ser as duas coisas ao
mesmo tempo.” -----
----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL prestou os
respetivos esclarecimentos: -----
- Projeto de drenagem de águas residuais Freguesia de Fátima. Os fundos comunitários
previstos para esta obra não estão em causa, uma vez que o POSEUR autorizou a
prorrogação dos prazos solicitada. -----
Quanto aos terrenos na Casa Velha, a estação elevatória está projetada para um terreno do
município, a escola da Casa Velha, não carecendo de haver disponibilidade de terrenos. -----
As outras duas situações, houve a assinatura de uma declaração em 2018 informando do
consentimento dos proprietários relativamente à utilização dos terrenos. Contudo, o projeto
previa implementar as estações elevatórias no meio dos terrenos, o que levou ao desacordo
por parte dos proprietários, verificando-se a necessidade de conversação com os mesmos, o
que levou ao referido atraso. O projeto foi refeito, recolocando as estações elevatórias nos
mesmos espaços. -----
- Mercado do Peixe da Freixianda. O valor total da obra é de quatrocentos mil euros, apoiada
em trezentos mil euros por fundos comunitários; setenta mil euros pelo Município; trinta mil
euros suportados pela União de Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais. A
implementação do TOMI teve um custo associado de cinquenta e cinco mil euros. -----
- Dormidas em Fátima. Um dos administradores de uma das principais cadeias de hotéis em
Fátima terá dito que, em 2019, o grupo vendeu mais de um milhão de dormidas e que o ano
terá sido um dos melhores dos últimos anos. -----

- Startups. Presentemente, estão instaladas sete empresas, estando em análise mais duas. ----
- Burger King. A atual saída é provisória, estando a definitiva projetada para uma via de acesso à Papa João XXIII, que será alargada e dotada com iluminação e passeios. -----
- Conservatório de Fátima. O projeto vindo do anterior executivo, no valor de dois milhões de euros, previa a construção de um auditório para seiscentas pessoas neste edifício, verificando-se que o mesmo não possui estrutura de suporte para o efeito. O projeto foi refeito pelo Conservatório, tendo sido feito um espaço para trezentas pessoas, onde o município se envolveu com cento e quarenta mil euros para apoio de equipamentos necessários ao respetivo funcionamento. O espaço é do município e terá normas de utilização que serão discutidas entre o Município, o Conservatório e a Insignare. -----
- Estrada Vale da Perra. a obra deve estar de acordo com o que foi contratado, caso contrário, será detetado pela fiscalização. -----
- Estratégia real para o concelho. A proposta de revisão do Plano Diretor Municipal pressupõe a matéria. -----
- EN113. A obra contemplada entre o corte que vai para a Caridade e a rotunda do IC9, é da responsabilidade do IP, estando prevista começar na próxima semana. O Município, aproveitando esta intervenção, entre o corte para a Caridade e a rotunda do Lidl, pretende asfaltar a zona junto à pastelaria Veneza, colocando também aí passeios, e asfaltar também junto ao loteamento que fica à direita, na entrada de Ourém / rotunda do Lidl. -----
- Capela de São Sebastião. Encontra-se em fase de consolidação da estrutura e em fase de contratação de projeto para recuperar a capela. -----
- Estrada Fontainhas da Serra / Escandarão. É uma obra há muito aspirada pela população que, eventualmente, poderá também melhorar os acessos a Fátima para quem sair no nó do IC9 no Escandarão, tendo já sido enviada para contratação. -----
- NAV. Está a funcionar e de forma positiva, ao contrário da Segurança Social que deveria assegurar o alojamento dos utentes que estão a ocupar dois espaços/alojamentos da Câmara Municipal, apelando à intervenção da deputada municipal Paula Martins nesta situação. -----
- Transportes escolares. Desconhece-se a situação, pelo que a Câmara Municipal só poder retificar o que está menos bem, conhecendo as situações. -----

- Saneamento básico Rio de Couros. O respetivo procedimento será lançado na próxima semana. -----

- Saneamento na Lameirinha. Uma questão que abrange o concelho. Em oito anos não foi feita nada nesta área, tornando-se impossível fazer agora tudo ao mesmo tempo. A empresa intermunicipal foi constituída e poderá aceder a fundos comunitários, cabendo a todo o Médio Tejo o valor de doze milhões de euros de investimento de fundos comunitários, tendo o município apresentado candidaturas no valor de sete milhões e meio de euros que serão comparticipadas com as taxas correspondentes. -----

- Obras / projetos. As grandes obras feitas no país estão associadas a fundos comunitários, existindo para isso os quadros de apoio – QREN 2007/2013 e PORTUGAL 2020 2014/2020. O PS quando esteve no poder, no início do mandato, executou as obras que o PSD tinha previsto e programado, porque tinha sido o PSD a contratualizar os projetos no âmbito do QREN. Hoje, o PSD está a executar as obras que foram candidatas pelo PS no âmbito do PORTUGAL 2020. Neste momento, estamos a negociar o PORTUGAL 2030 e o executivo que estiver no governo terá a oportunidade, de acordo com as suas prioridades, elencar e candidatar os projetos que entender deverem ser candidatados. Os projetos que hoje foram visitados, alguns, foram projetados e candidatados pelo executivo anterior e estão a ser executados pelo atual executivo. O PS quando esteve no poder, em 2009, teve a oportunidade imediata de iniciar os projetos porque eles estavam prontos a iniciar. Presentemente o PSD teve a oportunidade de iniciar um projeto, o da Avenida, o único que estava em condições de ser iniciado.

Na região do Médio Tejo os municípios iniciaram e concluíram a maior parte dos projetos porque tinham trabalho feito. O Município de Ourém, infelizmente, é dos municípios do Médio Tejo que tem uma menor taxa de execução, estando a tentar recuperar para conseguir equiparar-se aos outros municípios do Médio Tejo. -----

- Canil / Gatil. É uma questão importante, mas que só poderá ser feita após a aprovação da revisão do Plano Diretor Municipal, dado que, presentemente, não poderia ser feito no local previsto. -----

- Conservatório de Fátima. O protocolo que foi feito, foi com uma das entidades que é uma cooperativa. -----

----- De seguida, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL deu a palavra aos membros da Assembleia Municipal que a solicitaram para defesa da honra, tendo-se registado as seguintes intervenções: -----

= JOSÉ MANUEL PEREIRA ALHO expôs o seguinte: “Não vivemos na Idade Média, vivemos em Democracia e temos a oportunidade de poder exercer aquilo que intelectualmente consideramos correto. As pessoas podem concordar ou discordar. -----

Tive, na visão do deputado Orlando Cavaco, a veleidade, de pedir educadamente a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, para fazer uma pequena dissertação daquele projeto em concreto e agora sou aqui confrontado como sendo quase um propagandista, um tipo que é mentiroso, que não apresentou projetos. Gostava em primeiro lugar definir o conceito de projeto. Projeto não é apenas coisa de engenheiro ou de arquiteto feito em papel. Projeto é mais do que isso. -----

Já tive, entretanto, a oportunidade, as tecnologias permitem isso, o WhatsApp do Presidente da Câmara Municipal, do Presidente da Assembleia Municipal e do deputado Orlando Cavaco, tem exatamente uma notícia do dia 23.07.2013 que eu vos vou poupar a todos de estar a ler e que diz o seguinte: “Oficina de (E)migração Francisco Vieira Figueiredo”. A antiga escola do Zambujal na freguesia de Atouguia vai acolher, a partir do mês de agosto, a “Oficina de (E)migração Francisco Vieira Figueiredo”, como homenagem social a esse homem da nossa terra que se notabilizou como grande mercador e diplomata distinto em terras do Oriente. -----

A proposta acolhida por todos – e todos quer dizer todos os elementos do executivo que lá estavam, os com responsabilidade no mandato e os da oposição – foi apresentada, na última reunião ca Câmara Municipal, pelo vereador José Manuel Alho...”, depois descreve sucintamente como eu disse de manhã em relação à Oficina das Artes do Vale da Perra. -----

Por mim, este assunto fica encerrado. Fica aqui esclarecido quem é que fez a proposta, projeto, conceito. -----

Não fiz obviamente as fases seguintes de construção civil e outras partes que vieram numa fase posterior. -----

Não enganei ninguém e também não admito que venham aqui pôr a minha honra em causa que, neste caso concreto, considero-me ofendido.” -----

= PAULA CRISTINA DE OLIVEIRA MARTINS expôs o seguinte: “Gostaria de esclarecer uma questão que o senhor Presidente me dirigiu. O senhor Presidente está a falar com a deputada municipal e não está a falar com a dirigente da Segurança Social. E, eu falo como deputada municipal e estou aqui para responder pelos cidadãos que me elegeram. Obviamente, que trabalho num serviço público e, por isso mesmo, há questões que prefiro não ser eu a apresentar. -----

Relativamente à situação que foi colocada pela colega Catarina Faria, e estou a falar como deputada municipal e pelo conhecimento que tenho, a questão do NAV, o senhor Presidente disse que os utentes que estão no apartamento em situação de urgência vêm da Segurança Social. Misturam as coisas, e as coisas têm de ser esclarecidas.” -----

01.04 – INTERVENÇÕES DE INTERESSE LOCAL OU DECLARAÇÕES POLÍTICAS GERAIS. -----

----- Após período prévio de inscrições, registaram-se as seguintes INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, senhores: -----

= **CLÁUDIA MARIA PEREIRA CAMPOS**, em nome do grupo municipal Social Democrata, expôs o seguinte: “Os jovens são um pilar estruturante de qualquer comunidade, sendo infelizmente, muitas vezes relegados para segundo plano, porque nós, os mais “crescidos”, apresentamos, por vezes, grande falta de sensibilidade e até — porque não assumi-lo — o estigma de que tudo sabemos e que pouco ou nada podemos aprender com eles. -----

Estas atitudes e comportamentos perante os mais jovens têm reflexos, muitas vezes marcantes, sendo o seu afastamento da vida política um deles, com todas as consequências que daí advêm. -----

É por isso que congratulamos a Assembleia Municipal de Ourém pela continuidade do projeto AJO, assim como a Câmara Municipal pela recente reativação do Conselho Municipal da Juventude, criado e bem, pelo executivo PS em 2012 e que não reunia, por diversas vicissitudes desde 2014, portanto há 6 anos. Este deverá ser um órgão de debate e de partilha de ideais e projetos para o nosso futuro coletivo, assim os saibamos aproveitar. -----

E porque falamos de reativações, a bancada do PSD congratula-se também por finalmente ter existido uma nova reunião do Conselho Municipal de Educação órgão que, apesar de consultivo, é de extrema relevância e importância para a definição das estratégias e das políticas educativas no concelho. Atendendo às características intrínsecas do nosso concelho, não podemos deixar de lamentar, que por imperativos legais, a sua composição deixe um pouco à margem o ensino privado.” -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO**, expôs o seguinte: “Senhor Presidente e membros da mesa –
Senhor Presidente da Câmara -----

Senhores vereadores -----

Caras e caros colegas -----

A minha intervenção começa por dar os parabéns ao executivo por esta capacidade de fazer campanha e marketing. Não sei ainda se fazia sentido pôr aqui uma fotografia do novo hospital de Vila de Rei, acho que faz aqui falta. -----

Mas, queria começar por dizer o senhor vereador Luís Albuquerque no dia 23 de janeiro de 2014 fez uma intervenção na Câmara Municipal no sentido de que o jornal municipal de então tivesse o contraditório da oposição. Hoje recebemos o seu primeiro jornal e nem uma linha dos vereadores da oposição. Bem prega Frei Tomás “não faças o que eu faça”, mas, é ao contrário neste caso. Gostaria de sublinhar isso. -----

Gostava de dizer que para nós foi muito importante que hoje tivéssemos visitado de forma digna as obras que estão em curso. As obras são do município, não são deste nem daquele, são de todos nós. Todos nós sabemos que as obras têm um princípio e têm um fim e têm uma vida. E, às vezes, manter a vida é o mais difícil. -----

Claro que nós nos regozijamos enquanto Partido, da maioria daquelas obras ter início, ter ideia, ter projeto, em termos latos para não ferir suscetibilidades de ninguém, do tempo do PS como o senhor Presidente aqui disse e, ao mesmo tempo, também olhar para aquilo que vai ser uma melhoria significativa, a meu ver, daquilo que é o património cultural e que é também a vivência da cidade de Ourém numa boa área e outras obras que são importantes. -----

Mas, senhor Presidente da Câmara, nós quanto a isso estamos satisfeitos e o senhor também, pelo menos foi o que senti pelas sus palavras. O que nós não vimos foi mais nada. Em dois

anos e meio de mandato era de esperar que o senhor Presidente já tivesse tido tempo, porque tem umas finanças municipais ótimas, que tivesse feito mais obra para a mostrar a nós, mas, não mostrou mais nenhuma daquelas que foram das suas ideias. Nós podíamos perguntar-lhe, onde é que estão mais obras de saneamento básico. Aquelas que foram executadas foram de três milhões de euros que o anterior executivo candidatou. Onde é que está a ligação Ourém-Fátima. onde é que está a Zona Industrial. Onde é que está outra faixa qualquer da obra requalificada da 356 até à Freixianda. Qual é a aposta no setor social onde, em 2012, o senhor se queixava que o município iria acabar ficar sufocado em dívidas. Afinal foi tudo pago e as pessoas estão hoje aí nesses lares e nessas creches, não havendo problema nenhum no concelho e o senhor fez aqui um alarme na altura. Nós, temos tido uma atitude construtiva e queremos continuar a tê-la e o senhor Presidente pode ter certeza que a vamos continuar a ter. Temos de ser responsável e temos de trabalhar todos para que o concelho possa ter, por parte da administração central outra atenção em várias áreas. E, eu acho, que esta obra do IC9 e a resolução do problema do centro de saúde em Ourém, são de facto duas questões que vêm aqui no jornal municipal e que são determinantes para o futuro do concelho. -----

Gostava também de ter visitado hoje, por exemplo, as obras “Largo da Feira dos Cinco em Urqueira”, é um compromisso até de outra natureza que não arranca. Gostávamos de pensar que pudéssemos ver, eventualmente, um projeto para um pavilhão desportivo em Ourém. A Câmara tem capacidade para o fazer, não se percebe porque essa ideia e isso não avança. Porque é que as entradas em Fátima não estão em requalificação. Dois anos e meio depois, acho que estas obras podiam estar em execução. -----

O senhor Presidente da Câmara, na altura na oposição, no dia 15 de abril de 2015, fez uma declaração também na Câmara Municipal exigindo que as reuniões de camarárias fossem descentralizadas, vinham ali as eleições de 2017 e o senhor vereador da altura queria lançar a candidatura, então uma proximidade com os eleitos. Quantas reuniões de Câmara é que o senhor Presidente fez fora do edifício. Nenhuma. É preciso ter em atenção, devemos ser coerentes. Acho que o senhor tinha razão, é preciso mais proximidade e para haver mais proximidade é preciso cumprir, pelo menos, aquilo que a gente diz em determinados momentos. -----

Gostava de dizer que nós temos aqui um tema que vem na segunda página, a Saúde, é um tema central das preocupações. Vem aqui uma outra coisa na capa que é o desenvolvimento sustentável, mas, depois as obras não têm quase nada a ver com desenvolvimento sustentável. Gostava que as políticas de apoio à natalidade e à juventude; o turismo, a atividade empresarial e internacionalização não fossem esquecidas. A questão da internacionalização, o que sentimos, é a marca Fátima a perder competitividade por falta de afirmação no mercado interno e no mercado internacional. Isso sente-se. Há muito menos notícias sobre Fátima, há muito menos notícias sobre a atividade do município relativamente a Fátima. Eu acho, como sempre disse, e continuo a achar, o concelho tem todo ele a mesma importância para mim, mas, a importância económica de Fátima é extremamente importante para que todo o concelho tenha emprego, tenha desenvolvimento. -----

Nós também gostaríamos de deixar aqui uma palavra de solidariedade à Câmara sobre a questão do canil e eu especialmente. Eu vejo muita gente preocupada com animais e depois vemos aqui pessoas a passar mal e essas pessoas não se preocupam nada com a intervenção social, preocupam-se mais com a condição do animal do que com as pessoas. Eu acho que nós devemos-nos preocupar com as pessoas e também com os animais, mas, primeiro com as pessoas, com os seres humanos. E é esse papel da área social que eu acho que devemos continuar a aprofundar e a reforçar no concelho de Ourém. E também sim, fazer o canil porque já chega de propaganda.” -----

= **ALEXANDRE MANUEL GASPAS FARIA**, em nome do grupo municipal Social Democrata, expôs o seguinte: “Com satisfação e orgulho constatamos que 87 empresas com sede no nosso concelho foram distinguidas recentemente com o Estatuto de PME Líder, marca registada do IAPMEI. -----

Este sucesso agora alcançado é o reconhecimento do esforço das empresas do concelho de Ourém para se desenvolverem de forma sustentável, criando um importante impacto na empregabilidade, na melhoria da qualidade de vida e na fixação de pessoas no nosso território. A bancada do PSD congratula-se com estes resultados, que revelam que o concelho continua a crescer economicamente e que esse crescimento tem um forte impacto social. -----

Parabéns aos nossos empresários que, com o seu profissionalismo, dedicação e visão estratégica, ajudam-nos a ser cada vez mais um concelho de referência na região e no país.” --

= **FILIPE REMI CALLEBAUT MENDES**, em nome do grupo municipal do MOVE, expôs o

seguinte: “Exmº Sr Presidente desta Assembleia -----

Exmº Sr Presidente da Camara e respectivo executivo, -----

Exmºs Senhores, -----

Hoje é dia de festa..... levaram-nos a visitar todo o desenvolvimento que este concelho está a ganhar! Com letras garrafais, numa gazeta local, 12 Milhões de euros! Isto, quando repetidamente nos tem sido comunicado com grande gaudío em todos os discursos do n/ digníssimo presidente bem como nas redes sociais do município ou nos outros meios de transmissão de lembretes! -----

De facto, temos de reconhecer que entrando pelo concelho dentro, algo se passa, num sem parar de notícias, de aparente novidade e ofertas da mais variada espécie, repetindo variadas vezes o mesmo, com colorido diferente! -----

Ora, qual manobra de marketing, digna de louvor, pois ombreia com os melhores! -----

No entanto, e, lamentavelmente, na freguesia que representa, talvez, mais de 40% do valor cobrado em IMI, que possui, talvez mais de 25% dos habitantes deste concelho, e, com sinais de crescimento e prosperidade invejáveis, que recebeu o ano passado mais de 6 Milhões de visitantes, ficamos pelo básico, e, refiro-me mesmo ao saneamento e uns passeios, poucos, como se de fórmula para entreter se tratasse, nem a famosa via patrocinada sai do desenho..... -----

Insistentemente a porta de entrada do concelho, a Av. João XXIII, mantem-se como algo a resolver, com pouco dinheiro e, de forma incompleta, como quem tenta dar ares de bonito, deixando o problema, no seu todo, para depois, um dia qualquer talvez se faça! E, para quem tanto manifestou a extensão da Avenida D Nuno Alvares Pereira – e, bem, diga-se -, como uma necessidade, estranha-se que esta Avenida em Fátima, por onde passam diariamente centenas, senão milhares de viaturas diariamente, seja feita em parte, estrangulando-se, limitando de facto o seu carácter prático enquanto solução.... Fica a estrada da Loureira, para

conclusão no final do mandato, de forma que, repetindo-me, a tesoura que já se afia, seja usada em tempo próprio para as eleições!! -----

Tem-nos sido apresentada uma realidade, obras apresentadas com pompa, que de facto não passam de um alcatroamento sem direito a bermas tão pouco – curiosamente, uma situação aqui criticada pelo actual executivo, face ao anterior – e, que agora, na melhor técnica política do embelezamento, também vai na tentação de replicar! -----

Senhores, -----

Ousaria dizer, sem ofensa para ninguém, tal como o povo por aí diz, - “Com bolos se enganam os tolos...” - ... -----

= **VANESSA CRISTIANA GOMES FERREIRA**, em nome do grupo municipal Social Democrata, expôs o seguinte: “O Cortejo de Carnaval regressou a Ourém. -----

Mentes mais “degeneradas” poderão entender esta afirmação num outro sentido, mas é mesmo literal: o Cortejo de Carnaval regressou às ruas de Ourém. -----

E, à imagem de anos muito anteriores, recorde-se 2011, esteve repleto de festa, alegria, cor e animação, com cerca de 1300 participantes, 16 carros alegóricos e 13 grupos/associações. -----

Da mesma forma que criticamos anteriormente o cancelamento do Cortejo, vimos hoje congratular a organização do Município e a forma edificante como correu, que atraiu milhares de pessoas à sede do concelho. -----

A bancada do PSD quer deixar, sobretudo, uma justa e merecida palavra de parabéns a todas as Escolas, Instituições e Juntas de Freguesia que também, de forma exemplar, apesar de em anos difíceis e com falta de apoios, sempre mantiveram os desfiles de cor, festa e alegria. -----

Parabéns a todos!” -----

= **NUNO MIGUEL NEVES DOS PRAZERES**, em nome do grupo municipal do CDS-PP, expôs o seguinte: “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Ourém- AMO -----

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Ourém -----

Exmos. Srs. Vereadores -----

Exmos. Srs. Membros da Assembleia Municipal -----

Exmo. Público, Comunicação Social e internautas -----

Suicídio é o ato de causar a própria morte de forma intencional.[6][7] Os **factores de risco** incluem perturbações mentais e/ou psicológicas como depressão, perturbação bipolar, esquizofrenia ou abuso de drogas, incluindo alcoolismo e abuso de benzodiazepinas.[2][4][8] Outros suicídios resultam de **actos impulsivos devido ao stress e/ou dificuldades económicas**, problemas de relacionamento ou bullying (Fonte Wikipedia) -----

Eutanásia é o ato intencional de proporcionar a alguém uma morte indolor para aliviar o sofrimento causado por uma doença incurável ou dolorosa.[1][2][3][4] Geralmente a eutanásia é realizada por um profissional de saúde mediante pedido expresso da pessoa doente.[5] A eutanásia é diferente do suicídio assistido, que é o ato de disponibilizar ao paciente meios para que ele próprio cometa suicídio.[6] Entre os motivos mais comuns para que levam os doentes terminais a pedir uma eutanásia estão a dor intensa e insuportável e a diminuição permanente da qualidade de vida por condições físicas como paralisia, incontinência, falta de ar, dificuldade em engolir, náuseas e vômitos.[5] Entre os fatores psicológicos estão a depressão e o medo de perder o controlo do corpo, a dignidade e independência. (Fonte Wikipedia). -----

Suicídio em Portugal em 1960 foi de 0,8 % e em 2018 foi de 0,9% (Fonte PORDATA) -----

Em 50 anos o país não foi capaz de reduzir este nº. -----

O que pode levar o adolescente a tentar o Suicídio: -----

- Depressão -----
- Problemas amorosos ou familiares -----
- Uso de drogas ou álcool -----
- *Bullying* -----
- Traumas emocionais -----

O que me leva a por este assunto em discussão é a visão de que chegamos ao fim da linha, sim o estado, os nossos governantes assumem que são incapazes de cuidar dos seus cidadãos. -----

O estado social socialista difundiu ao longo de décadas que o cidadão não se devia preocupar com o seu futuro, pois este mesmo Estado garantia uma reforma condigna, uma educação gratuita e de qualidade, e mais, que lhe garantia uma saúde gratuita e com todos os cuidados.

Mentira. -----

O facto é que os idosos não têm condições dignas de velhice. -----
A família destruturou-se, a noção de solidariedade é algo cada vez menos interpessoal e o idoso, o doente, o carenciado sente que se encontra a mais numa sociedade que privilegia o imediato, o efémero e a aparência gratuita. -----
É neste contexto que o CDS não entende como os dois maiores partidos chegam a um entendimento quanto à não discussão da eutanásia, o chumbo de um referendo a uma causa social condicionada por políticas governativas. -----
O CDS continua e continuará a pedir que a eutanásia seja referendada. Continuará a pedir políticas sociais para que tal pedido individual não seja necessário.” -----

01.05 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

----- O senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, verificando a presença de público na sala, informou de que poderiam intervir, bastando, para o efeito, proceder à respetiva inscrição, não se verificando qualquer pedido de intervenção. -----

02 - ORDEM DO DIA – (grelha Anexo B-1)-----

02.01 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – INTEGRAÇÃO DO TROÇO DA ESTRADA NACIONAL 356, ENTRE O KM 30,162 E O KM 31,712, NA REDE VIÁRIA DO MUNICÍPIO – MINUTA DE ACORDO DE MUTAÇÃO DOMINIAL. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 62080**, datado de **2019.12.17**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2019.12.16, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria em epígrafe, nos termos do n.º 2, do artigo 40.º, da lei n.º 34/2015, de 27 de abril e bem assim da alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Foi ainda remetido um exemplar do texto de “Acordo de Mutação Dominial a celebrar entre as Infraestruturas de Portugal, S.A. e o Município de Ourém – EN356 entre o km 30,162 e o km 31,712”, o qual foi dado a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na reunião de 02 de setembro de 2019, a Câmara deliberou submeter a proposta de regulamento indicada em epígrafe a consulta pública, pelo período de 30 dias, nos termos e para efeitos do artigo 101.º, do Código do Procedimento Administrativo. -----

Publicado na 2.ª Série – N.º 198, do **Diário da República**, no dia 15 de outubro transato, a referida proposta esteve a consulta pública até ao dia 27 de novembro findo. -----

Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo registado sob o n.º 36.050/2019, instruído com uma informação, datada de 02 de dezembro corrente, do **Chefe do Serviço de Fiscalização e Contencioso**, a dar conta de que não foram apresentados quaisquer contributos e a propor, ao abrigo do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, remeter o projeto de alteração do regulamento em apreço, à Assembleia Municipal para aprovação.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se o pedido de intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO** expôs o seguinte: “Como consta da ata, penso que de 26.12.2018, o senhor Presidente propôs que se suspendesse este processo para conversar/negociar com o IP porque ele não correspondia àquilo que era necessário, e eu concordei. Mas, lendo agora a minuta, não consigo perceber, o dinheiro ainda é o mesmo. Não percebo que alteração é que o projeto tem, por isso, gostava que o senhor Presidente explicasse. Dois anos depois, se o dinheiro é o mesmo e a obra é a mesma, não se percebe porque é que se suspendeu. Se não servia na altura, também não serve agora. Se houve alterações ao projeto que sejam mais benéficas para o concelho e para aquela zona. ----- Gostaríamos que o senhor Presidente pudesse esclarecer para ficarmos a saber porque é que foi alterado e porque é que ficou suspenso. Também para não ficar a ideia de que foi suspenso só porque sim.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Julgo que entendemos suspender este processo em dezembro 2017. O que argumentamos na altura, é que o valor daquilo que estava projetado era demasiado alto para a participação do IP porque o projeto inicial previa a duplicação das faixas, desde a saída da

A1 até à rotunda sul, com conseqüente pagamento, por parte do Município, das indemnizações aos proprietários, porque iríamos ocupar muitos terrenos privados. -----

O que se fez agora, essa duplicação será apenas até uma primeira rotunda intermédia, dali para a frente e até à rotunda sul, apenas pensamos requalificar a estrada já existente, não sendo preciso adquirir mais nenhum terreno, não vamos duplicar essa faixa. -----

Entendemos que a parte problemática, em termos de perigosidade e afluência de trânsito é onde vamos duplicar a faixa, resolvendo ainda a questão dos acessos aos parques do Santuário. A partir desta zona, parece-nos que não há necessidade dessa duplicação. -----

Com base nisto, foi apresentado um estudo prévio ao IP, que o aprovou, entendendo nós, que assim, temos condições para o poder executar.” -----

----- **NÃO SE REGISTRANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.02 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CONSTRUÇÃO DE PARQUE DE ESTACIONAMENTO EM ALJUSTREL – FREGUESIA DE FÁTIMA – OURÉM – PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE PARCELA DE TERRENO. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 11651**, datado de **2020.02.19**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.02.17, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, autorização para repartir, pelos anos económicos de 2020 e 2021, os encargos decorrentes da aquisição acima referida, do seguinte modo: -----

----- Ano 2020 – 75.000,00 euros -----

----- Ano 2021 – 100.000,00 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No seguimento do relatório de reunião registado sob o n.º 11.261-A/2019, realizada no passado dia 24 de janeiro findo, com a firma **Decisões e Soluções, Consultoria Imobiliária**, representante dos proprietários de parcela de terreno, sita em Aljustrel, da Freguesia de Fátima, deste Concelho, necessária à construção de um parque de estacionamento, foi apresentada a contraproposta da referida imobiliária, registada sob o n.º 5649/2020, a propor que o pagamento do valor de 175.000,00€, seja efetuado da seguinte forma: -----

- 10.000,00€ – aquando a assinatura do Contrato de Promessa de Compra e Venda (ano 2020); -----
- 65.000,00€ – durante o ano de 2020; -----
- 100.000,00€ – durante o ano de 2021. -----

Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 04 de fevereiro em curso, a dar conta da existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, representando um encargo financeiro de 75.000,00€ no ano corrente e 100.000,00€ em 2021. -----

Do processo faz ainda parte o despacho, datado de 05 também do corrente mês, do **Senhor Presidente da Câmara**, a propor que o pagamento se faça nas seguintes condições: -----

- **Em 2020:** -----
 - 10.000,00€ no ato da assinatura do contrato de promessa de compra e venda; -----
 - 30.000,00€ no ato da celebração da escritura;-----
 - 35.000,00€ no mês de dezembro;-----
- **Em 2021:** -----
 - 30.000,00€ no mês de abril; -----
 - 35.000,00€ no mês de agosto; -----
 - 35.000,00€ no mês de dezembro.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS. -----

----- De seguida, o membro da Assembleia Municipal, senhor HUMBERTO ANTÓNIO FIGUEIRA DA SILVA, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Fátima, apresentou a seguinte declaração de voto: “Como Presidente de Junta, em nome das gentes de Fátima, dos habitantes de Aljustrel e dos seus milhões de visitantes, gostaria de congratular, na pessoa do Sr. Presidente de Câmara, todo o executivo municipal pela decisão que foi tomada em reunião de câmara no dia 17 de Fevereiro, em adquirir um terreno 7.000 m² na Aldeia de Aljustrel para aí ser construído futuramente um parque de estacionamento, hoje votado aqui por unanimidade. -----

Esta é uma obra que há muito tem sido falada pelos vários executivos municipais, mas que agora sim vemos dar o primeiro passo. É uma obra necessária para a requalificação de Aljustrel enquanto aldeia mais visitada de Portugal, e que pela sua localização permitirá ao visitante o acesso pedonal de forma rápida e segura à Aldeia de Aljustrel. -----

Iremos aguardar pela elaboração do projeto necessário para esta obra na expectativa de que seja um processo célere para que rapidamente estejamos na presença de mais uma infraestrutura de grande interesse estratégico para Fátima. -----

Bem hajam,” -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.03 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – IMPLEMENTAÇÃO DO ESPAÇO DO CIDADÃO EM FÁTIMA – PROPOSTA DE PROTOCOLO. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 11647**, datado de **2020.02.19**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.02.17, solicitando, a este órgão deliberativo, autorização para apoiar financeiramente a Freguesia de Fátima, até ao montante de 45.450,19 euros, os encargos decorrentes da execução das obras necessárias à implementação do Espaço do Cidadão na cidade de Fátima, mediante a celebração de protocolo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Foi ainda remetido um exemplar do “Protocolo de Colaboração entre o Município de Ourém e a Freguesia de Fátima – Implementação do Espaço do Cidadão em Fátima”, o qual foi dado a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a informação registada sob o n.º 61.057-A/2019, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, a anexar proposta de texto de protocolo a celebrar com a **Freguesia de Fátima**, com sede na Avenida Irmã Lúcia de Jesus, n.º 181, em Fátima, deste Concelho, com o objetivo de apoiar financeiramente, até ao montante de 45.453,19€, os encargos decorrentes da execução das obras necessárias à implementação do Espaço do Cidadão naquela Cidade, válido até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao citado apoio.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.04 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FESTIVAL DA PAZ 2020 – PROPOSTA DE PROTOCOLO. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 11649**, datado de **2020.02.19**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.02.17, solicitando, a este órgão deliberativo, autorização para apoiar financeiramente a Freguesia de Fátima, até ao montante de 25.000,00 euros, os encargos decorrentes da realização do festival acima referido, mediante a celebração de protocolo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Foi ainda remetido um exemplar do “Protocolo de Colaboração entre o Município de Ourém e a Freguesia de Fátima – Festival da Paz 2020”, o qual foi dado a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, através da sua informação registada sob o n.º 2332-A/2020, colocou à consideração superior proposta de texto de protocolo a celebrar com a **Freguesia de Fátima**, sediada na Avenida Irmã Lúcia de Jesus, n.º 181, em Fátima, deste Concelho, com vista a apoiar financeiramente, até ao montante de 25.000,00€, os encargos decorrentes da realização do “Festival da Paz 2020”.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se o pedido de intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhora: -----

= **HELENA SANTOS PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal do MOVE, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Já no ano passado o Câmara Municipal apoiou o Festival da Paz e eu concordo plenamente que o façam. -----

Agora, gostaria de deixar aqui o meu desabafo. O que eu não concordo é que o Festival da Paz se passe a chamar Festival da Paz Filstone, como aconteceu o ano passado. No meu entender, é denegrir, de certa forma, o objetivo do Festival da Paz. -----

Concordo com estes apoios, mas, chamo a atenção, ou isto é um Festival da Paz ou um Festival da Paz Filstone. Fica o reparo.” -----

----- NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS. -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.05 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO ÀS ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS DO CONCELHO – PROPOSTA DE PROTOCOLO-TIPO. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 11653**, datado de **2020.02.19**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.02.17, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º, do Decreto-

Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, autorização para repartir, pelos anos económicos de 2020 a 2024, os encargos decorrentes do referido procedimento, do seguinte modo: -----

----- Ano 2020 – 65.625,00 euros -----

----- Ano 2021 – 87.500,00 euros -----

----- Ano 2022 – 87.500,00 euros -----

----- Ano 2023 – 87.500,00 euros -----

----- Ano 2024 – 21.875,00 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, o qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Através da informação registada sob o n.º 4522-A/2020, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, anexou texto de protocolo-tipo a celebrar com as instituições culturais, desportivas e recreativas do Concelho, com vista à atribuição de um apoio financeiro, com o objeto de compartilhar os encargos decorrentes da aquisição de viaturas novas, cuja despesa incide nos anos económicos de 2020 (65.625,00€), 2021 (87.500,00€), 2022 (87.500,00€), 2023 (87.500,00€) e 2024 (21.875,00€).” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se os pedidos de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **AVELINO DA CONCEIÇÃO SUBTIL**, questionou se este apoio é exclusivamente para as associações ou se contempla também as cooperativas. -----

= **NUNO MIGUEL NEVES DOS PRAZERES** expôs o seguinte: “Gostaria de vincar a política social do Município e, julgo, que é este o caminho. Todas as associações que trabalham e que funcionam têm um apoio, sendo para isso que o Município, o estado social existe. -----

Julgo que é um bom princípio dar bens e outros benefícios, do que propriamente o dinheiro em si que, certamente seria bem gerido, mas, com esta situação há uma transparência maior.” -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO** expôs o seguinte: “Gostaria de falar desta questão social que me parecer ser um excelente exemplo. -----

E, uma vez que já estamos no ponto 02.05, já finalizamos os pontos 02.01, 02.02, 02.03, 02.04, relembro que todos abordam questões de Fátima. Foi aqui dito anteriormente que não se estava a dar apoio a Fátima. gostava de dizer que todos estes pontos mais o Conservatório são uma prova clara daquilo que se está a fazer neste momento em Fátima.” -----

----- NÃO SE REGISTRANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS. -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.06 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – 1.ª REVISÃO ORÇAMENTAL – ANO ECONÓMICO DE 2020. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 11656**, datado de **2020.02.19**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.02.17, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da proposta citada em epígrafe, nos termos da alínea a), do n.º 1, do art.º 25º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

----- Foi ainda remetida documentação inerente ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, sobre o assunto designado em epígrafe, prestou a informação registada sob o n.º 9816/2020, que na presente reunião foi apreciada e que a seguir se reproduz na íntegra: “Na sequência de solicitação do Exmo. Sr. Presidente do Órgão Executivo e nos termos do ponto 8.3.1, particularmente face ao disposto na alínea a) do ponto 8.3.1.4 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e em observância aos princípios orçamentais definidos no ponto 3.1 do citado diploma apresenta-se, em anexo, a 1.ª proposta de revisão orçamental relativa ao ano económico de 2020, na qual consta: -----

- 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita – Ano económico de 2020; -----
- 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa – Ano económico de 2020; -----
- 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2020/2023. -----

-----**RECEITA**-----

Saldo da gerência – Ano económico de 2019 -----

Neste âmbito, afeta-se à receita municipal o saldo orçamental da gerência apurado referente ao exercício de 2019 (conforme mapa de fluxos de caixa em anexo, no qual se apurou um saldo positivo de 9.320,899,61 euros), tendo-se anulado 5 milhões do valor disposto nas outras receitas de capital, o qual já visava acomodar parte do impacto decorrente do saldo de gerência referente ao ano de 2019. -----

Delegação de Competências – Educação (ano letivo 2020/2021) -----

Complementarmente, contemplaram-se as receitas inerentes à transferência de competências na área da Educação, circunstância prevista ocorrer no início do próximo ano letivo (setembro de 2020), correspondendo ao montante integral das respetivas despesas objeto de reforço. -----

Alteração do classificador económico -----

Neste contexto, importa referir que a DGAL reportou, em 26 de dezembro de 2020, uma alteração ao classificador económico, no qual inutiliza a componente inerente aos impostos indiretos, tramitando tais receitas para o agregado das taxas municipais. Ora, de acordo com o cronograma de elaboração dos orçamentos municipais, previsto no regime financeiro das autarquias locais, os documentos previsionais dos municípios são apresentados ao órgão executivo em outubro de cada ano (excepto em anos eleitorais, dependente do período em que ocorram), pelo que a alteração imposta pela DGAL é manifestamente inoportuna, à qual acresce a evidência de promover uma alteração a um classificador aprovado por um Decreto-Lei, sem que tenha ocorrido qualquer alteração formal por órgão competente ao referente diploma. -----

Porém, e considerando que caso não se verifique esta adaptação ao classificador, os municípios não conseguirão cumprir as obrigatoriedades de reporte, designadamente à DGAL, impõe-se promover uma ação que visa reformular as dotações inerentes aos classificadores inutilizados por afetação à sua nova incidência emanada pela DGAL. -----

Deste modo, procedeu-se à permuta de dotações entre os referidos classificadores, com reformulação das desagregações anteriormente efetuadas sem, contudo, alterar o volume global das receitas inerentes ao conjunto dos impostos indiretos e taxas. -----

Incorreção no aplicativo informativo da AIRC em resultado de instruções emanadas pela DGA

Não obstante o disposto no ponto anterior, verificou-se a necessidade de promover reforços complementares nas dotações de previsão inicial da receita, porquanto algumas receitas emitidas são superiores às previsões, sobretudo as resultantes de dívidas de terceiras que transitam de anos anteriores e cuja cobrança não se afigura assegurada. -----

Abordada a AIRC, sobre o condicionalismo agora induzido, reportaram que não poderiam alterar a base de dados, em virtude de instruções emanadas pela DGAL. Note-se que esta circunstância a persistir no tempo, será indutora de distorções orçamentais, com consequências no controlo e particularmente no cumprimento das regras do equilíbrio na prossecução da meta de execução orçamental disposta na Lei 73/2013. Note-se que esta interpretação da DGAL, não observa o disposto na NCP 26 do SNC-AP, a qual dispõe de forma expressa que *“a liquidação pode exceder a previsão da receita”*, cumulativamente com o constante da Lei de Execução Orçamental, concretamente no n.º 2 do artigo 52.º, o qual reforça que *“a liquidação e a cobrança de receita podem ser efetuadas para além dos valores previstos na respetiva inscrição orçamental”*. Em adenda ao disposto, será de reter que o princípio do equilíbrio não é violado quando as receitas sejam superiores às despesas. -----

Em suma, o orçamento global da receita sofre um aumento em 4.406.800 euros. -----

DESPESA

Neste contexto, face ao aumento global das receitas num valor ligeiramente superior a 4,4 milhões de euros efetuaram-se as seguintes inclusões/correções (nos investimentos plurianuais, dispõe-se um reforço do montante a executar em 2020): -----

- a) Aumento de várias rúbricas da despesa inerentes à transferência de competências na área da educação (valor correspondente ao valor incluído na receita); -----
- b) Inclusão dos projetos vencedores do Orçamento Participativo 2019, por anulação do projeto genérico incluído na versão inicial das Grandes Opções do Plano; -----
- c) Intervenção nos Centros Escolares de Ourém Nascente, Misericórdias e Freixianda (237.000 euros); -----
- d) Entradas de Fátima (Fátima/Loureira - EM357 (1.024.500 euros); -----
- e) Rua Dr. Francisco Sá Carneiro e Dr. Neves Eliseu (820.500 euros); -----
- f) Centro de Recolha Oficial de Ourém (237.500 euros); -----

- g) Benef. EN 360 – Zona Limítrofe c/Alcanena – 1º fase (175.000 euros); -----
- h) Requalificação de Aljustrel (250.000 euros); -----
- i) Reabilitação do Cine-Teatro Municipal (81.000 euros); -----
- j) Recuperação e beneficiação de estradas e caminhos municipais (1.119.600 euros); -----
- k) Reforço do apoio corrente ao associativismo (100.000 euros). -----

Note-se que nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, aprovar as revisões orçamentais. -----

À consideração superior,”. -----

O Senhor Presidente solicitou a presença na sala do Chefe da Divisão de Gestão Financeira, que procedeu a uma breve apresentação dos principais pontos do documento em causa, nomeadamente a alteração do classificador económico, a incorreção no aplicativo informático da AIRC (Associação de Informática da Região Centro), em resultado de instruções emanadas pela DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais, o saldo da gerência relativo ao ano económico de 2019, cujo mapa de fluxos de caixa reflete o apuramento do saldo de 2019 que será vertido no Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município e do incremento de um conjunto de projetos. O Senhor Presidente esclareceu que a revisão em referência deve-se ao saldo de obras orçamentadas e executadas em 2019, à poupança obtida decorrente do ajustamento de cronogramas financeiros de obras não concluídas também em 2019 e à arrecadação de receitas que ultrapassam os valores previstos.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Vou fazer uma breve apresentação da questão que, como é habitual, é feita pelo Chefe de Divisão de Gestão Financeira que, por motivos pessoais não pode estar. ----- Geralmente esta revisão era feita em abril porque a lei assim o diz. Era uma reivindicação antiga da Associação Nacional de Municípios Portugueses porque os municípios tinham, durante quatro meses, uma verba nas contas bancárias que não podiam usar durante estes quatro meses, enquanto esta revisão não fosse executada. Por isso, e bem, o Governo, neste

orçamento de estado, permitiu que isso pudesse ser antecipado, permitindo que esta revisão venha já nesta reunião e não na de abril, como tem sido hábito. -----

O saldo apurado em termos de saldo de gerência são cerca de nove milhões e trezentos mil euros, um saldo elevado que se deve essencialmente a três fatores: o primeiro tem a ver com alguma poupança que conseguimos realizar em termos de algumas despesas orçamentadas; o segundo tem a ver com a receita superior aos valores orçamentados, e falo de diversos impostos como IMI, IUC, taxas, etc; terceiro tem a ver com a não execução de algumas obras que não foram executadas atempadamente. Esta não execução de valores que estavam orçamentados, a maior parte deles, são projetos financiados que foram alvo de candidaturas. Se não são executados, a parte correspondente passa para o saldo de gerência, mas também não há o respetivo financiamento. Se o tivéssemos executado é que teríamos o respetivo financiamento. Assim que a obra é paga, é enviada para a CCDR, para a entidade que gere o aviso e o fundo para sermos ressarcidos da parte correspondente. Por isso, não tendo havido execução, também não tivemos direito a ser ressarcidos desses valores. -----

Assim, o que propomos aqui, recorro que no orçamento que aprovámos para o ano 2020, já nessa altura acomodamos um valor que estimámos que poderia ser entre os quatro milhões e os quatro milhões e meio, verificamos depois que o valor foi superior e, por isso, propomos aqui esta revisão orçamental para que o excedente entre os quatro milhões e meio de euros e os nove milhões de saldo de gerência possam ser atribuídos a diversos valores, nomeadamente, inclusão dos projetos vencedores do Orçamento Participativo 2019; intervenção nos Centros Escolares de Ourém Nascente, Misericórdias e Freixianda, 237.000 euros; Entradas de Fátima, Fátima/Loureira - EM357, 1.024.500 euros; Rua Dr. Francisco Sá Carneiro e Dr. Neves Eliseu, 820.500 euros; Centro de Recolha Oficial de Ourém, 237.500 euros; Beneficiação da EN 360 – Zona Limítrofe c/Alcanena – 1º fase, 175.000 euros; requalificação de Aljustrel, 250.000 euros; reabilitação do Cine-Teatro Municipal, 81.000 euros; recuperação e beneficiação de estradas e caminhos municipais, 1.119.600 euros; reforço do apoio corrente ao associativismo, 100.000 euros.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se o pedido de intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA** expôs o seguinte: “Mais uma vez vou falar de um assunto já batido e rebatido, que é a questão do saldo de gerência. -----

O senhor Presidente falou em poupança, aumento da receita e incapacidade de fazer obra, e disse por esta ordem. Eu, quase que apostava, que é ao contrário, primeiro a incapacidade de fazer obra, segundo receitas; terceiro poupança. Gostava que me esclarecesse as percentagens, se souber os números, mas eu diria que a incapacidade de fazer obra será mais ou menos 90% deste saldo de gerência. Não nos possamos esquecer que estamos a falar de um saldo de gerência que, só este ano, são 12% do orçamento e, na soma dos dois anos, são 25%. Como alguém dizia, isto é uma travagem a fundo para depois acelerar no verão 2021, rentinho às eleições. -----

Gostava que me esclarecesse, se tiver ideia dos números, das percentagens.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL referiu que a ordem dos factores que referiu – poupança, receita superior ao orçamento e inexecução do que estava orçamentado – é arbitrária, não considerando uma maior do que a outra. Mais disse, desconhecer as respetivas percentagens pois, pese embora tenha pedido esses números, foi-lhe dito pelo Chefe de Divisão de Gestão Financeira que esse apuramento é difícil de fazer. ----

----- **NÃO SE REGISTRANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR MAIORIA, COM 24 VOTOS A FAVOR; 10 ABSTENÇÕES: 08 GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA, 02 VOTOS GRUPO MUNICIPAL DO MOVE – 34 PRESENCAS. -----**

----- De seguida, registaram-se as declarações de voto dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “O grupo municipal do Partido Socialista abstêm-se na votação da 1ª Revisão orçamental do ano económico de 2020, tal como fizeram os vereadores eleitos pelo PS. -----

O orçamento e as Grandes Opções do Plano, foram aprovados por esta Assembleia Municipal no final do ano de 2019, tendo sido apresentados, pasme-se, como “um documento o mais

rigoroso possível, de forma que o mesmo represente as grandes linhas de atuação para o(s) próximo(s) ano(s)". -----

Este pseudo rigor durou pouco mais de dois meses, dando por isso razão às dúvidas que expusemos, aquando da sua aprovação dos documentos acima mencionados e que levou este grupo municipal a abster-se. -----

A política do show off publicitário tem neste documento o seu expoente máximo, senão vejamos, apresentam-se orçamentos megalómanos para fazer primeiras capas dos jornais e de dar gás a páginas de redes sociais do “regime”, para depois andar a arrastar saldos de gerências de ano para ano para ter um “bolo” brutal para as festas de inauguração e de cortas fitas do que irão certamente decorrer no verão de 2021, curiosamente ano de eleições autárquicas. Tudo isto numa estratégia político-partidária que visa unicamente este interesse eleitoral, não pensando nunca nos interesses dos cidadãos ourenses isso vai conduzir ao adiar do desenvolvimento do nosso Concelho. -----

No essencial, a revisão ora proposta passa por incorporar o saldo de gerência de 2019 no montante de cerca de 9,3 milhões de euros no orçamento de 2020, que é mais de 20% do total do orçamento total do município. Podemos por isso afirmar que o executivo foi incapaz de executar mais de 20% das obras que prometeu, nestes dois anos. -----

Presumimos por isso que os próximos títulos dos jornais e os posts das redes sociais vão ser algo do género “Executivo Municipal de Ourém incapaz de cumprir mais de 20% do que prometeu e orçamentou”. Se calhar estamos a ser um bocadinho otimistas.” -----

= HELENA SANTOS PEREIRA, na qualidade de representante do grupo municipal do MOVE, expôs o seguinte: “O MOVE aquando da aprovação do orçamento votou contra. ----- relativamente a esta questão, temos algumas dúvidas e, na nossa opinião, há coisas que não foram bem esclarecidas, pelo que decidimos optar pela abstenção.” -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.07 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ASSOCIAÇÃO “SHRINES OF EUROPE” – PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 11984**, datado de **2020.02.20**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.02.17, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da proposta citada em epígrafe, nos termos da alínea n), do n.º 1, do art.º 25º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

----- Foi ainda remetida documentação inerente ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a informação registada sob o n.º 57.456-A/2019, do **Chefe do Serviço de Turismo e Relações Internacionais** (à data assim designado), a propor conforme se passa a transcrever: “(...) propõe-se a adesão do Município de Ourém, enquanto membro fundador, à Associação Shrines of Europe, assente nos seguintes pressupostos: -----

1. Membros fundadores: municípios de Ourém, Altoetting, Lourdes, Mariazell, Einsiedeln, Loreto e Czestochowa; -----
2. Que a sua sede seja em Portugal, nomeadamente no Município de Ourém; -----
3. A presente adesão tem associada uma quota de valor até 10.000 Euros; -----
4. A presente adesão tem por base os Estatutos que se anexam na sua versão provisória, dado que serão apresentados, discutidos e aprovados na primeira Assembleia Geral a realizar; (...)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se os pedidos de intervenção dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **JOSÉ MANUEL PEREIRA ALHO** pretendeu saber onde seria a sede, uma vez que se falou em Ourém/Fátima. -----

= **FILIFE REMI CALLEBAUT MENDES** expôs o seguinte: “Estive a ler a informação e estou um pouco dentro desta atividade. -----

De facto, aquilo que me tenho apercebido, ao longo dos anos, é que Fátima não aparece em lado nenhum a nível de feiras internacionais. Penso que este tipo de associativismo, se tiver fundamentado em conceitos de dinheiro/fundos europeus, é um conceito muito vago, muito pobre e muito triste para se fazer uma coisa destas, tendo em conta que este tipo de conversa

já vem há mais de vinte anos, nunca se espelhou absolutamente nada socialmente dentro da área comercial e nas feiras. -----

Acho que isto carece de mais suporte para termos alguma certeza, se vale a pena avançar com isto ou não, senão corremos o risco de termos aqui mais uma coisa como as cidades geminadas. São coisas que se fizeram ao longo do tempo, tiveram os seus custos envolvidos e que, hoje, não tem qualquer reflexo social, cultural, comercial ou o que quer que seja. -----

Penso que este dossier que nos enviaram é muito vago, carecendo de mais suporte para ter a minha aprovação, sobretudo porque isto vai custar dinheiro ao município. -----

Se isto tem funcionado até agora, não estou a ver o porquê de passar a ser uma associação, se o conceito for apenas o ir buscar dinheiro.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL informou o seguinte: -----

- Disse que a sede da associação será em Ourém. -----

- Referiu que para aceder a fundos comunitários no âmbito das rotas culturais, deve ser criada uma associação que as valida como rotas culturais. Mais disse, não se tratar somente de termos comerciais, tendo a ver também com cultura, ensino, desporto, música, etc.

Sublinhou ainda que é com trabalho em rede que se consegue o que todos pretendem, a divulgação de Fátima. -----

----- **NÃO SE REGISTRANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR MAIORIA, COM 32 VOTOS A FAVOR; 02 ABSTENÇÕES GRUPO MUNICIPAL DO MOVE – 34 PRESENÇAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.08 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE REMOÇÃO DE VEÍCULOS ABANDONADOS. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 11831**, datado de **2020.02.19**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.02.17, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da proposta citada em epígrafe, nos termos da alínea g, do n.º 1, do art.º 25º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

----- Foi ainda remetida documentação inerente ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na reunião de 07 de outubro de 2019, a Câmara deliberou submeter o projeto de regulamento indicado em epígrafe a consulta pública, por um período de 30 dias, nos termos e para efeitos do artigo 101.º, do Código do Procedimento Administrativo. -----

Publicado na 2.ª Série – N.º 219, do **Diário da República**, no dia 14 de novembro de 2019, o referido projeto de regulamento esteve a consulta pública até ao dia 27 de dezembro de 2019. - Nesta reunião foi apresentada a informação registada sob o n.º 5372/2020, da **Divisão de Ambiente e Sustentabilidade**, a dar conta de que não foram recebidos quaisquer contributos.”

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.09 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA MOÇÃO DA CIMT – AERÓDROMO DE TANCOS. ---

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 11657**, datado de **2020.02.19**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.02.17, solicitando, a este órgão deliberativo, que se pronuncie sobre a matéria em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetido o texto da Moção da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo – Aeródromo de Tancos, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário, passando-se a reproduzir: “MOÇÃO - AERÓDROMO DE TANCOS -----

O aeródromo de Tancos é elemento essencial para a coesão do território do Médio Tejo, Lezíria, Beiras e Alto Alentejo. -----

Sua Excelência o Presidente da República defendeu em junho de 2018 uma meta de cinco anos, para resolver o problema das desigualdades entre litoral e o interior, sob pena de o país falhar como um todo. -----

O Governo no seu programa assumiu, entre os seus objetivos prioritários, a afirmação do interior, e das zonas de baixa densidade, como um aspeto central do desenvolvimento económico e da coesão territorial, promovendo uma nova abordagem de aproveitamento e valorização dos recursos e das condições próprias do território enquanto fatores de desenvolvimento e competitividade. -----

O Programa Nacional de Investimentos 2030, PNI 2030, prevê a requalificação e melhoria de eficiência e níveis de serviço na rede aeroportuária do país. -----

O Polígono militar de Tancos detém servidões aeronáuticas já constituídas (a 1ª Servidão com 3,26 Km², a 2ª Servidão com 6,18 km²); espaço aéreo livre; duas pistas com 2440m e 1200m de comprimento, respetivamente; terrenos adjacentes desocupados (por servidões militares) para futura ampliação; excelentes níveis anuais de visibilidade; centralidade geográfica; zona de baixa densidade; unidades militares instaladas para situações de emergência e catástrofe; rede de autoestradas e itinerários principais ao seu lado, A13 e A23; linha confinante de caminho-de-ferro eletrificada (linha do norte e do leste). -----

Os custos financeiros, como é público e notório, seriam desmesuradamente inferiores a qualquer outra solução pelo que estamos perante uma grande oportunidade para valorizar o interior e com custos reduzidos face a outras soluções. -----

Queremos uma decisão que viabilize de forma clara e inequívoca da utilização civil-militar desta infraestrutura de forma a dar resposta adequada ao turismo religioso com especial enfoque em Fátima, ao turismo cultural e de lazer das nossas regiões e permitiria uma melhor penetração nos mercados internacionais das empresas regionais do Médio Tejo, da Lezíria do Tejo, do Alto Alentejo e das Beiras. -----

O Conselho Intermunicipal do Médio Tejo, em reunião plenária do dia 28 de janeiro de 2020, deliberou, por unanimidade: -----

- Recolher os elementos bastantes dos estudos já efetuados sobre o aeródromo de Tancos bem como realizar os estudos necessários para a implementação de um aeroporto regional civil-militar; -----

- Remeter a presente Moção, para apreciação e deliberação, à Comunidade Intermunicipal da Lezíria, do Médio Tejo, das Beiras e do Alto Alentejo bem como a todos os Municípios destas regiões; -----

- Empenhar-se junto da administração central para que esta realize, quanto antes, estudos para a criação de remodelação ou construção de novas infraestruturas tendo em vista o desenvolvimento da região e da coesão nacional contribuindo, assim, para atenuar assimetrias de desenvolvimento nas zonas de baixa densidade e tão anunciadas publicamente pelo poder político nacional.” -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “A **Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo**, com sede no Convento de S. Francisco, na Cidade de Tomar, através da carta registada sob o n.º 6423/2020, remeteu proposta de moção, aprovada pelo seu Conselho Intermunicipal, em reunião realizada no dia 28 de janeiro de 2020, tendo aquele órgão deliberado o seguinte: -----

- Recolher os elementos bastantes dos estudos já efetuados sobre o aeródromo de Tancos bem como realizar os estudos necessários para a implementação de um aeroporto regional civil-militar; -----
- Remeter a presente Moção, para apreciação e deliberação, às Comunidades Intermunicipais da Lezíria, do Médio Tejo, das Beiras e do Alto Alentejo, Assembleias Intermunicipais da Lezíria, do Médio Tejo, das Beiras e do Alto Alentejo, bem como a todos os Municípios destas regiões; -----
- Empenhar-se junto da administração central para que esta realize, quanto antes, estudos para a criação de remodelação ou construção de novas infraestruturas tendo em vista o desenvolvimento da região e da coesão nacional, contribuindo assim, para atenuar assimetrias de desenvolvimento nas zonas de baixa densidade e tão anunciadas publicamente pelo poder político nacional.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **NUNO MIGUEL NEVES DOS PRAZERES** expôs o seguinte: “Gostaria de deixar aqui uma nota. Desde 1960 que se está a falar de um segundo aeroporto de Lisboa, portanto, são cinquenta anos passados, perdidos. Julgo que basta de estudos, inquéritos. Cada vez que estamos a chegar ao fim de linha, arrancamos outra vez. -----
Gostava de deixar só uma nota, acho que devemos usar os dinheiros públicos com alguma parcimónia.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL expôs o seguinte: “A propósito desta questão, gostaria de partilhar convosco que este é um tema caro para mim próprio, inclusive apresentei-o na Assembleia Intermunicipal, como colegas aqui presentes, sabem. -----

Considero que esta moção peca, onde diz “*Recolher os elementos bastantes dos estudos já efetuados sobre o aeródromo de Tancos bem como realizar os estudos necessários para a implementação de um aeroporto regional*”, acho que deveria ser um aeroporto, não regional, mas, nacional, tem condições para isso. -----

Sem querer contrapor com a opção Montijo, porque foi uma opção de vários partidos políticos, e sem querer aqui debater os prós e contras de alternativas entre Monte Real ou Tancos, as evidências vão acabar por provar que Monte Real não é solução, não nos compete a nós dizê-lo, da mesma forma que não nos compete a nós dizer se o Montijo tem condições de continuar em frente ou não, o que eu acho, vivamente, é que este país, tendo uma estrutura já feita, com todas as infraestruturas já construídas, três autoestradas – A23, A13, A1, duas linhas ferroviárias estruturantes no país, já feitas, é um desperdício não a aproveitar. Um país que não tem, entre as duas principais cidades, Lisboa e Porto, uma estrutura aeroportuária e que já veio a verificar-se por várias reivindicações que carece de tê-la. Além disso, o senhor Presidente de Câmara de Coimbra, o senhor Presidente de Câmara de Leiria, o senhor Presidente da Região de Turismo, justificam sempre outra alternativa de aeroporto com Fátima, portanto, significa isto que Fátima se calhar tem uma justificação própria, uma dinâmica própria.

Outro dia, li um estudo sério, com números publicados até do próprio Santuário de Fátima, que diz que no aeroporto Humberto Delgado, hoje, cerca de dois milhões e setecentos mil passageiros que aterram em Lisboa, vêm exclusivamente para Fátima. -----

Ora, o aeroporto Humberto Delgado em Lisboa está entupido com aviões e não aguenta. Está a prescindir de rotas, de voos, de turistas. Está a prescindir de receitas para Portugal. Há, por isso, necessidade de uma nova infraestrutura aeroportuária para Portugal. -----

Parece-me muito sensato aquilo que a Comunidade Intermunicipal está a fazer, de dizer aos responsáveis deste país, estudem, está aqui uma solução, se quiserem aproveitem-na. No fundo, é isto que estão a fazer os autarcas, de forma responsável, de todas as forças políticas desta região. -----

Além do que foi aqui dito, e reforço ainda o que disse o deputado Nuno Prazeres, parece-me estruturante para um distrito, o distrito de Santarém, que está a perder trinta mil habitantes em cada dez anos, este eixo extraordinário do litoral/interior que vai até à Guarda, onde falta um ícone estruturante, este eixo poderia ser um aeroporto, justificando bem esta pretensão. -----

Esta é uma opinião, uma defesa que tenho andado a fazer. Parece-me a mim que, neste caso, nesta causa e nesta casa, Tancos serviria muito bem as pretensões de Fátima e do concelho de Ourém. -----

Se me disserem que Monte Real é a solução, se ultrapassar todas as barreiras que tem pela frente, como o senhor Presidente da Câmara tem afirmado em vários fóruns, também serviria a pretensa, digo aqui, na qualidade de Presidente desta Assembleia Municipal, então que venha Monte Real, que sirva as pretensões.” -----

= **JOSÉ MANUEL PEREIRA ALHO**, na qualidade de representante de grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Dei a voz numa reunião da Assembleia Intermunicipal do Médio Tejo e, por uma questão de seriedade política e intelectual, é importante fazer aqui esta referência. -----

Perante uma proposta apresentada pelo colega João Moura, nesse fórum, da alternativa de Tancos, recordo-me que utilizei um termo educado, mas forte, ou seja, que era uma proposta extemporânea, no sentido de existir à época, uma decisão irreversível Portela+1, que seria o

Montijo. Apresentar, na época, há quatro ou cinco meses atrás, Tancos como alternativa, ninguém iria acolher isso. -----

Os termos em que vem agora esta proposta é totalmente diferente, ela refere de se avançar com a possibilidade de estudos que venham tentar justificar uma competitividade futura, por isso, apenas por essa razão e em coerência, e não contradizendo essa posição que nós tomamos na Assembleia Intermunicipal do Médio Tejo, o grupo municipal do Partido Socialista apoia aqui esta moção. -----

Que fique bem claro que não há aqui qualquer tipo de incoerência relativamente à posição anterior.” -----

----- **NÃO SE REGISTRANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A MOÇÃO – AERODROMO DE TANCOS, A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.10 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

----- O senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, verificando a presença de público na sala, informou de que poderiam intervir, bastando, para o efeito, proceder à respetiva inscrição, não se registando qualquer pedido de intervenção. -----

----- Neste momento, tomando a palavra, a 1.^a SECRETÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, nos termos do n.º 3, do artigo 72.º do Regimento da AMO, questionou o plenário sobre a aprovação do texto das deliberações mais relevantes, em minuta, sendo assinadas, após aprovação, pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, em minuta, o texto das deliberações mais relevantes, tomadas nesta sessão.** -----

----- Concluída a ordem de trabalhos desta sessão ordinária, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL deu esta por encerrada, pelas dezoito horas e cinquenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, pelo Primeiro Secretário e pelo Segundo Secretário. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O PRIMEIRO SECRETÁRIO

----- O SEGUNDO SECRETÁRIO